

14

**Contra o genocídio da
população negra:
subsídios técnicos e
teóricos para Psicologia**

CADERNOS TEMÁTICOS CRP SP



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Caderno Temático nº14 - Contra o genocídio da população negra:
subsídios técnicos e teóricos para Psicologia

XIV Plenário (2013-2016)

Diretoria

Presidente | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidente | Adriana Eiko Matsumoto
Secretário | Guilherme Luz Fenerich
Tesoureira | Gabriela Gramkow

Conselheiros

Alacir Villa Valle Cruces, Ana Paula Porto
Noronha, Aristeu Bertelli da Silva, Bruno
Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro,
Dario Henrique Teófilo Schezzi, Graça Maria de
Carvalho Camara, Gustavo de Lima Bernardes
Sales, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia,
Joari Aparecido Soares de Carvalho, Jonathas
José Salathiel da Silva, José Agnaldo Gomes,
Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de
Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni,
Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria
Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Mirnamar
Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi
Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva,
Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia
Junior, Silvio Yasui

Organização do caderno

Odette Godoy Pinheiro

Revisão ortográfica

Adriana Tullio

Projeto gráfico

Fonte Design | www.fontedesign.com.br

Editoração

Paulo Mota | Micael Melchiades

Cadernos Temáticos do CRP SP

Desde 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série *Cadernos Temáticos* do CRP SP, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a vários objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orienta as ações do CRP SP, o de produzir referências para o exercício profissional de psicólogos (as); o segundo é o de identificar áreas que mereçam atenção prioritária, em função de seu reconhecimento social ou da necessidade de sua consolidação; o terceiro é o de, efetivamente, garantir voz à categoria, para que apresente suas posições e questionamentos acerca da atuação profissional, garantindo, assim, a construção coletiva de um projeto para a Psicologia que expresse a sua importância como ciência e como profissão.

Esses três objetivos articulam-se nos *Cadernos Temáticos* de maneira a apresentar resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP que contaram com a experiência de pesquisadores (as) e especialistas da Psicologia para debater sobre assuntos ou temáticas variados na área. Reafirmamos o debate permanente como princípio fundamental do processo de democratização, seja para consolidar diretrizes, seja para delinear ainda mais os caminhos a serem trilhados no enfrentamento dos inúmeros desafios presentes em nossa realidade, sempre compreendendo a constituição da singularidade humana como fenômeno complexo, multideterminado e historicamente produzido. A publicação dos *Cadernos Temáticos* é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida a psicólogos(as), bem como aos diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para a profícua discussão, em diferentes lugares e de diversas maneiras, sobre a prática profissional da Psicologia.

Este é o 14º Caderno da série. O seu tema é “Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia”.

Outras temáticas e debates ainda se unirão a este conjunto, trazendo para o espaço coletivo, informações, críticas e proposições sobre temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

A divulgação deste material nas versões impressa e digital possibilita a ampla discussão, mantendo permanentemente a reflexão sobre o compromisso social de nossa profissão, reflexão para a qual convidamos a todos (as).

XIV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Cadernos já publicados, podem ser consultados em www.crpsp.org.br:

- 1 – Psicologia e preconceito racial
- 2 – Profissionais frente a situações de tortura
- 3 – A Psicologia promovendo o ECA
- 4 – A inserção da Psicologia na saúde suplementar
- 5 – Cidadania ativa na prática
- 5 – *Ciudadanía activa en la práctica*
- 6 – Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional
- 7 – Nasf – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- 8 – Dislexia: subsídios para políticas públicas
- 9 – Ensino da Psicologia no Nível Médio
- 10 – Psicólogo judiciário nas questões de família
- 11 – Psicologia e diversidade sexual
- 12 – Políticas de saúde mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas
- 13 – Psicologia e o direito à memória e à verdade

Sumário

7 APRESENTAÇÃO

ANÁLISE SOBRE O GENOCÍDIO
DA POPULAÇÃO NEGRA E DEBATE
SOBRE A DESMILITARIZAÇÃO DA
POLÍCIA

9 PROFESSOR DENNIS DE OLIVEIRA

12 HAMILTON BORGES

15 DEBATE

GENOCÍDIO DA JUVENTUDE
NEGRA, POBRE E PERIFÉRICA:
QUESTÕES OBJETIVAS E
SUBJETIVAS EM DEBATE

23 CATARINA PEDROSO

25 RAFAEL ALVES LIMA

28 JOSELICIO JUNIOR

31 DEBATE

ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA:
CULTURA, IDENTIDADE E
NEGRITUDE

37 VERIDIANA SILVA MACHADO

40 ELISABETE FIGUEIROA

44 LILIAN SANKOFA

48 DEBATE

Apresentação

Jonathas Salathiel

Conselheiro do CRP SP, Psicólogo clínico
e Psicólogo no CAPS AD – Mauá – SP

A discussão de temas raciais é fruto de um planejamento que o CRP SP fez no final de 2013, em que se comprometeu a fazer a discussão do racismo no Brasil em todos os debates que acontecerem aqui em São Paulo. Pretendemos colocar em evidência a Resolução 018 de 2002, do CFP, que estabelece, em seu art. 3º, que os psicólogos, no exercício da profissão, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime de racismo e, ainda no seu art. 4º, que os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial. As discussões que estamos realizando no CRP São Paulo pretendem contribuir para a reflexão sobre o tema, principalmente considerando os últimos acontecimentos que são levados a público, mas não são falados e nem comentados. Pretendemos fazer essa discussão, pensar e mudar essa política.

A discussão do genocídio já existe há décadas, mas os adolescentes e as crianças continuam morrendo, continuam se perdendo. Hoje, trabalhando dentro de um CAPS AD, vejo tam-

bém mais uma forma de assassinar as nossas crianças e adolescentes, que estão entrando no *crack*, nas drogas e perdendo perspectivas de vida. Por isso, quando pensamos nesse evento, pretendemos pensar nessa população, crianças e adolescentes que estão morrendo através da bala, mas também vem sendo assassinados de pouquinho em pouquinho, através da drogadição que aumenta cada vez mais.

O aumento da violência veio a público na quinta-feira pelo relatório da violência, e vimos o quanto isso está aumentando cada vez mais. A pesquisa da Professora Jacqueline Sinhoreto¹, mostra que as vítimas assassinadas hoje são predominantemente negras, 61%; 97% homens, entre 15 e 29 anos, e 97% dos autores dessas mortes também homens, 79% brancos e em faixa etária semelhante, de 25 a 39 anos. É um extermínio que vem acontecendo e aumentando e pouco se discute sobre isso, pouco se fala, pouco se faz. Então, a necessidade desse evento, a necessidade dessa discussão vem desses dados, que mostram o que está acontecendo.

1 http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf

Análise sobre o genocídio da população negra e debate sobre a desmilitarização da polícia

PROFESSOR DENNIS DE OLIVEIRA

DOUTOR EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (USP), COORDENADOR DO CELAC (CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO) NA USP, PROFESSOR NO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA USP LESTE E DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, NA FACULDADE DE DIREITO DA USP.

Antes de mais nada, quero dizer que sou da área da Ciência Social, e não sou um conhecedor profundo da área da Psicologia, mas espero que as reflexões que estão mais no campo da ciência política, da ciência social, contribuam. Também sou um ativista do Movimento Negro. Atualmente estou na coordenação de uma entidade chamada Quilombação, um coletivo de ativistas antirracismo que tem como proposta agregar pessoas que estão na universidade, que estão discutindo a questão racial para poder compreender o racismo no Brasil. Muitas vezes, temos uma concepção incorreta do racismo, tido como um comportamento ignorante, desviante, quando o racismo, na verdade, é um discurso extremamente sofisticado, que permeia todas as relações sociais e, por essa razão, é difícil combatê-lo. O coletivo Quilombação, junto com outras organizações, tem feito o esforço de qualificar a discussão antirracista. Pretendemos trazer aqui as contribuições, tanto da visão intelectual como também da ativista.

Vou trazer três aspectos importantes para podermos conceituar o genocídio. O primeiro é pensar o genocídio enquanto projeto político e de onde vem esse projeto político mais recente. O genocídio da população negra foi denunciado pelo Movimento Negro nos anos 90, quando estava se organizando o primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras realizado em São Paulo e, naquela ocasião, tivemos acesso a um documento da Escola Superior de Guerra de 1988 cujo título é *Estrutura Social para o Brasil Moderno e Democrático no Século 21*. A Escola Superior de Guerra, que todos vocês conhecem, é um centro de pensamento ultraconservador que foi um dos formuladores da doutrina de Segurança Nacional na época da ditadura militar. Esse documento foi elaborado para servir como

intervenção política nas eleições de 89, e nele se fazia uma série de reflexões sobre o futuro do Brasil em relação à questão ambiental, à questão política internacional e à geopolítica. Um dos capítulos desse documento é sobre a questão social. Esse capítulo é muito interessante porque vai dizer que a tendência do Brasil era aderir ao projeto neoliberal, que já estava se consolidando naquele período, final dos anos 80, e esse projeto neoliberal tem, como consequência, uma intensificação da exclusão social. A preocupação expressa no documento é que essa exclusão radicalizada ou amplificada seria um risco para manutenção da estabilidade do sistema social. Foram apontados dois focos que deviam ser objetos de preocupação: o primeiro foco são as estruturas de miséria, sendo dados como exemplo, as favelas e os morros do Rio de Janeiro; e o segundo, o que eles chamam de menores abandonados. É interessante que foi bem naquela época que estava havendo o movimento para aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, fazia-se a denúncia do crime de crianças nas periferias. E o documento afirma o seguinte: se não houvesse uma ação de contenção *a priori*, preventiva, haveria o risco do contingente de miseráveis e de menores abandonados ser superior, em um curto espaço de tempo, ao efetivo das forças de segurança. Por essa razão, então, eles propunham uma ação preventiva de contenção numérica desse setor de miséria. Contenção numérica apontada não é no sentido de ter aplicação de políticas sociais e sim, de extermínio mesmo. E são apontadas duas ações: uma chamada ação de baixo impacto, que era na verdade, o estímulo às forças de segurança a terem uma ação mais violenta nas periferias, aproveitando, inclusive, uma mão de obra “qualificada” que vinha do regime militar, polícia de manutenção do

ato repressivo. Uma segunda ação, denominada *ação de alto impacto*, no caso das polícias militares não serem suficientes para conter o crescimento da população. Citando textualmente: “*Executivo, Legislativo e Judiciário poderão pedir o concurso das Forças Armadas para neutralizar esta orla de bandidos, matá-los e destruí-los*”. Essa é a frase final desse capítulo da Escola Superior de Guerra, em que era proposto o extermínio como política de contenção dessa população miserável, como forma de garantir a estabilidade do sistema.

Outro documento ao qual também tivemos acesso, um pouco mais antigo, dos anos 70, é o Relatório NSM 200 da CIA, naquela época, presidida por Henry Kissinger. Esse documento que deixou de ser classificado como secreto, por isso tivemos acesso a ele, apontava que havia um perigo para hegemonia anglo-saxônica e norte-americana no mundo, dado o crescimento da população nos países do terceiro mundo ser maior do que nos países do primeiro mundo. E apontava que não só o problema era complicado em termos geopolíticos, pois um país muito populoso seria um risco – o Brasil e a Índia eram citados como exemplo – como também os países do terceiro mundo que mais estavam crescendo em termos populacionais eram detentores das reservas energéticas de biomassa, florestas tropicais. E tendo em vista que havia a possibilidade real do esgotamento das fontes energéticas e de recursos não renováveis (como o petróleo), a fonte energética mais palpável seria a da biomassa, que vem das florestas tropicais. O fato das florestas tropicais estarem em países como o Brasil, com a população crescendo, havia o risco dessa população apropriar-se desses recursos e, portanto, era necessário desenvolver políticas internacionais de controle populacional desses povos. E o NSM 200 defende que o governo norte-americano financie projeto de exterminação de mulheres nos países do terceiro mundo. A BEMFAM, que é uma ONG internacional, foi uma das principais protagonistas nessa ação. O que conteve um pouco essa ação mais intensa da política norte-americana foi a direita religiosa norte-americana que era contra esse tipo de intervenção. De qualquer forma, o movimento de mulheres negras fez essa denúncia. Naquele momento tínhamos dados bastante preocupantes de uma exterminação discriminada de mulheres negras pobres e indígenas no Brasil. Em alguns estados (Maranhão, Goiás), o extermínio, que era o principal método contraceptivo utilizado, chegou a 70% de mulheres em idade fértil. Mas o que é importante mostrar é por que essas duas ações, esses dois projetos de controle populacional foram

apontados naquele momento. Porque o neoliberalismo, que estava se consolidando é um sistema de exclusão, o paradigma da produção do capital é um paradigma que efetivamente não inclui todos. Essa massa de pessoas excluídas, essa população que é descartável na ótica do capital, torna-se um problema. Então, esse tipo de ação no sentido de conter, destruir, de violência, era apontado como solução política. Sugiro, inclusive, um livro muito interessante da Susan George, chamado *O Relatório Lugano*¹. É uma ficção. Em uma reunião do Fórum de Davos, em 2013, discute-se um problema seríssimo das ordas de miseráveis estarem muito grandes. São instalados dois grupos de trabalho para resolver o problema com duas questões: ou se pensa numa distribuição de renda, ou no controle populacional, que significa o extermínio. Vence o extermínio, com muitas argumentações. Até argumentações ambientais são utilizadas para defender o controle populacional.

O segundo aspecto que eu queria abordar na questão do genocídio é pensar a violência como prática política central no estado brasileiro. Anibal Quijano, pensador peruano fantástico, afirma que a violência na América Latina não é episódica e sim, central na prática política, principalmente, levando-se em consideração que o capitalismo na América Latina se constitui num projeto de altíssima concentração de renda. Um sistema de concentração de renda só se mantém se houver instituições, estruturas na qual a violência é a prática central da política. Podemos observar que é uma tradição na América latina tratar os movimentos sociais, tratar as demandas sociais como caso de polícia. Os espaços, os lugares de negociação, os lugares de intermediação são bastante pequenos. Há uma intolerância com a divergência política e com a divergência social. No Brasil, vamos passando pelo período mais longo de democracia institucional, vamos agora para sexta ou sétima eleição presidencial consecutiva, o que é inédito no Brasil, pois sempre houve golpes que interromperam a ordem institucional. E, apesar disso, mesmo nessa vigência da democracia, observamos que existem, ainda, práticas típicas de ditadura militar e de regimes autoritários que ocorrem nas periferias: execuções extrajudiciais, invasões de domicílio sem mandado de segurança, e a justiça, inclusive, criando alguns tipos de instrumentos que são verdadeiras aberrações, como mandados coletivos de intervenção. É, então podemos pensar como, num regime democrático, esse tipo de atitude existe, e

¹ http://boitempoeditorial.com.br/livro_completo.php?isbn=85-85934-89-1

concluir que a violência não é episódica, mas faz parte do próprio DNA do Estado brasileiro.

Quero citar outro autor, também pouco conhecido, mas que acho central para entendermos as relações raciais no Brasil. É o Professor Clóvis Moura, falecido já há 11 anos, cujo livro chamado *Dialética Radical do Brasil Negro*², é fundamental para compreender as relações raciais no Brasil. Segundo o autor, a transição da sociedade escravocrata brasileira para a sociedade capitalista assalariada se deu sem rupturas. Nesse período do final do século 19 e no século 20, vai se constituindo uma base capitalista brasileira dependente, mantendo intactas as estruturas da sociedade anterior. Os textos que vão fundamentar a ideia de república no Brasil não tem nada a ver, por exemplo, com os ideais iluministas do século 18 na França. É muito interessante observar que a questão racial vai permear a classificação de cidadania, e isso é muito explícito nos textos dos pensadores brasileiros do século 19. Por exemplo, no final do século 19 e no século 20, algumas escolas públicas proibiam a entrada de crianças com doenças infectocontagiosas e de crianças negras. A política de branqueamento da população brasileira foi uma política de Estado, como política estratégica do desenvolvimento brasileiro, já que a ideia que se colocava naquele momento era a de que o Brasil era um país subdesenvolvido, cuja composição étnica era inferior. Isso mostra como o racismo está no DNA da construção da república brasileira. No final do século 19 e no século 20, alguns expoentes abolicionistas negros eram monarquistas e houve muita crítica a isso. Mas, por que aconteceu, então? Quando a república se constituiu, pouco mudou a vida das pessoas. Da mesma forma, hoje falamos da importância da democracia institucional, mas, na periferia, pouco se viu de uma mudança significativa, quando se observa que práticas autoritárias, com a polícia invadindo as casas, matando impunemente continuam existindo. Muitas vezes, as mudanças institucionais não significam mudanças qualitativas na periferia.

O terceiro aspecto que eu queria trazer para discutir o genocídio é a ideologia da higienização, que vem também dessa concepção do Estado brasileiro que está presente nas forças policiais brasileiras. Um professor da PUC fez uma pesquisa sobre o que pensam os matadores, os policiais presentes na morte de jovens aqui em São Paulo. É muito interessante observar como é que eles se imbuem de um papel de limpeza, eles falam muito: “Tem que

limpar esses bandidos, tem que limpar a periferia, só os homens de bem...”, esse tipo de fala é muito presente no discurso das pessoas, demonstrando que as práticas de violência institucional, das forças policiais, estão carregadas de uma ideologia de limpeza étnica, limpeza social, higienização.

Para concluir, trago alguns aspectos para a reflexão. Primeiramente qual seria o papel nosso, enquanto intelectuais, de vocês, como psicólogos? Um psicólogo social, Ignacio Martin Baró, discute a questão da violência na América Central. Nós estamos vendo que a violência, o genocídio tem uma base material, ele atende a expectativa de uma sociedade de classes, de uma sociedade de concentração de renda. Claro que não é com a psicologia que vamos resolver isso, nem com nenhuma outra área, mas é papel nosso, enquanto intelectuais, enquanto atores sociais, enquanto profissionais, quebrar as ideologias. É disso que o Baró fala, quando diz: “Qual é o papel do psicólogo social no combate da violência na América Central? É desnaturalizar essas práticas”, quebrar isso. Então, o nosso papel enquanto intelectuais é exatamente isso, denunciar e quebrar, mostrar que isso não é natural, isso é socialmente criado. As práticas sociais, as práticas subjetivas, são construídas socialmente a partir de uma dimensão da sociedade.

E a segunda coisa que eu quero trazer para reflexão é pensar as consequências do genocídio. Nós tínhamos feito, há cerca de 10 anos, um estudo muito interessante sobre a “feminização da pobreza, constatando que boa parte dessa “feminização” da pobreza está vinculada a mulheres que chefiavam sozinhas as famílias, por abandono ou morte dos maridos E, por conta dessa situação, essas mulheres entravam precariamente no mercado de trabalho criando uma situação de vulnerabilidade social muito intensa que obrigava seus filhos a ingressar precocemente no mercado de trabalho também. Podemos observar, por exemplo, em dados educacionais, o altíssimo índice de evasão do ensino médio, aos 16 anos, que, não por coincidência, é o perfil dos jovens que estão morrendo. É uma questão interessante abordar essa relação de gênero. As mães desses meninos que estão sendo assassinados, em que situação estão ficando? Isso é produto de um processo de exclusão social que passa por relações de gênero. A maior parte dos que estão morrendo são meninos, homens, negros. Volta a se construir uma situação de vulnerabilidade mais intensa, inclusive emocional, para as mulheres que estão envolvidas, que estão próximas a esses meninos. Essa é uma questão importante sobre a qual refletir e discutir.

2 http://books.google.com.br/books/about/Dial%C3%A9tica_radical_do_Brasil_negro.html?id=4GEYAAAAAYAAJ

Queria agradecer, em nome de vários militantes negros e negras do Brasil inteiro, a oportunidade de estar aqui, sendo tratado de forma tão boa, de forma tão fortalecedora para minha humanidade e para a humanidade coletiva, porque, para falar com psicólogos sobre genocídio, é sobre isso que a gente vem falar, sobre a nossa humanidade.

Queria fazer um comentário, que é um comentário muito pessoal, mas é muito importante. Ontem, eu arrastei mala por toda a rua Oscar Freire e aí, quando eu cheguei na Avenida Rebouças, eu entendi o texto do intelectual, que eu considero um dos mais importantes do país, que é o Mano Brown. Ele fala o seguinte: “Avenida Rebouças, dinheiro, não tive pai, não sou herdeiro”. Só vou dizer essa parte, porque eu vi o que significa o ódio das periferias de São Paulo contra a elite branca paulista, eu percebi porque existe esse ódio. Na verdade, esse ódio é um espelho refletido, porque existe muito ódio da elite paulista contra nós, negros e negras, e eu vi esse ódio na carne, sabe por quê? Porque nós não estamos a salvo das sequelas que o racismo provoca em qualquer negro dentro dessa sociedade, não importa se você é conselheiro do CRP, não importa se você é advogado, se você é médico, não importa se você é ministro do STF, você vai receber as sequelas do racismo dentro dessa sociedade. Não é a toa que a gente recebe aí, acho que pela primeira vez na história, uma denuncia de um Ministro do STF e, olhe que na perspectiva da Campanha Reaja, da nossa perspectiva, nós não homenageamos nenhum político, por mais gostoso que ele seja, mas também, nós não podemos assistir calados a um baile de racismo que é jogado para qualquer negro dessa sociedade, a gente tem que reagir.

Eu queria começar a falar aqui de um tema que nós da Campanha Reja temos tratado, que a gente tem levantado. Em 2005, nós tomamos as ruas de Salvador no momento em que se celebravam muitos avanços da política racial com uma nomenclatura, que para a gente era nova, que era de Promoção da Igualdade. Era nova para a nossa luta cotidiana histórica do Movimento Negro, porque o que nós temos, efetivamente, que fazer, é combater o racismo. O racismo é a contradição principal do Estado brasileiro, como bem disse o

Professor Dennis, quer dizer, o Estado brasileiro foi construído sobre uma violência que não tem tamanho, não tem registro nas historia, foram 6 milhões de pessoas sequestradas, arrancadas de vários lugares da África, para serem colocadas como coisas que poderiam ser vendidas, e isso há muito pouco tempo sob o ponto de vista histórico. Doze pessoas negras é o primeiro registro que se tem, doze pessoas negras foram arrancadas da África e entregues de presente a um determinado rei de Portugal. O fato é que nós ainda hoje, temos a prática odiosa do Estado brasileiro de tratar as pessoas como coisas, nós vamos tratar do sistema prisional, dessa situação do sistema prisional que é um grande negócio em que a mercadoria principal são pessoas. Vejam, no Estado da Bahia, que é um estado democrático popular, governado por forças políticas democráticas, quer dizer, de partidos democráticos, foram usados contêineres para prender presos. Ora, container guarda mercadoria, e nós viemos para esse território dentro de contêineres, conhecidos como navios negreiros. Parece que aquele governador, de algum modo, olha para os negros do seu partido e para os negros da sociedade de um modo geral e diz assim: “Eu vou sacanear com vocês, eu vou colocar pessoas em contêineres, eu vou colocar pessoas em navios negreiros, como a gente fez para trazer vocês aqui”.

Mas vamos falar de genocídio, do termo genocídio. Nós fomos muito atacados em 2005 por setores do Movimento Negro, setores da intelectualidade, da academia, dizendo que estávamos fazendo um reboliço intelectual, que aquilo era um artefato político sem nenhuma noção científica, porque não se tratava de genocídio dentro do Estado brasileiro, um estado em que todas as pessoas eram brasileiras. Genocídio dizia respeito a um ataque de determinada nação contra outra nação e que não poderia ser considerada dentro do perfil do Estado brasileiro. Na verdade, o que era era extermínio, e algumas organizações do Movimento Negro criavam inclusive teses, que diziam: “É extermínio programado”, mas a gente dizia: “É genocídio, os números e as condições em que nós estamos morrendo, em que as nossas vidas estão desprotegidas e disponíveis para que o Senhor, o mandatário, possa fazer o que quiser

da nossa vida, matar ou deixar viver”, era uma situação de genocídio. O genocídio, efetivamente, é o assassinato deliberado de pessoas motivadas por diferenças étnicas nacionais, raciais e religiosas. É a desintegração da vida daquela pessoa, do ponto de vista da sua completude. Ora, uma garota, na Campanha Reaja, em 2005, falou uma coisa: “Quando a polícia chega para matar, nós estamos praticamente mortos”, foi o que ela falou. Nós estamos tratando do genocídio e, para nós, o genocídio vai para além da bala da polícia que mata, ele diz respeito a situações a que nós estamos submetidos em nosso cotidiano, é um cotidiano de extrema desgraça e é um cotidiano em que nossa humanidade, o tempo todo, é colocada em questão. Existe uma subumanidade colocada para nós e vocês, psicólogos, sabem muito bem disso, aprofundam-se muito bem nesse sentido de humanidade. Portanto, a situação é de guerra racial a que nós estamos submetidos, sendo que nós não temos armas para lutar de igual para igual nessa guerra. Obviamente que nós não estamos aqui, falando que existe um conluio, uma reunião de pessoas brancas fumando charuto e dizendo: “Vamos sacanear os negros, vamos matar os negros”, mas existe uma cultura implantada no interior da sociedade brasileira que permite que nós possamos ser eliminados sem que ninguém chore por isso, sem que ninguém diga uma palavra. Portanto, quem tem sua dor, quem geme, quem precisa chorar e quem precisa lutar e quem precisa politizar a sua dor e a sua morte são os próprios negros dentro dessa sociedade, e nós precisamos ser dirigentes dessa luta que é uma luta de libertação. O genocídio fala do profundo sofrimento de pessoas negras, homens e mulheres no interior dessa sociedade. Agora nós estamos falando da sociedade brasileira, mas nós estamos tratando de um debate internacional. Nós precisamos relacionar a nossa luta contra o genocídio à uma luta internacional, a uma luta que diz respeito ao processo da diáspora. Nós tivemos várias diásporas africanas, a primeira diáspora africana foi quando uma humanoide, que vocês podem chamar de Eva, a depender da sua religião, apareceu nesse planeta e povoou a terra. Dessa humanoide, surgiram civilizações fantásticas. A maioria dos conhecimentos que estão disponíveis para nós surgiram desse continente. Antropologia, arqueologia, todos os “gias” já disseram, já comprovaram que fatores climáticos fizeram com que nós tivéssemos fenótipos diferentes, mas todos descendemos de uma única humanoide que vocês podem chamar de Eva, Essa é a primeira diáspora.

Outra diáspora, uma diáspora violenta, é o processo de escravização. Nós ocupamos a Península Ibérica e ficamos lá quase 400 anos, inclusive ensinando os europeu a comer de garfo e faca, a fazer incisão na barriga para não perder os filhos e não morrer de parto, que é a chamada cesárea. Um monte de coisas nós fizemos lá, mas o processo de escravização foi um processo que nos retirou ou pretendeu retirar a nossa humanidade, e esse é um debate importante com vocês, psicólogos. A psicologia africana é uma psicologia que pretende questionar essa psicologia europeia que nega a nossa humanidade, que acredita que apenas exista uma forma de pensar as nossas entranhas sentimentais, os nossos sentimentos. A psicologia africana coloca a disponibilidade de nós, os negros, nos mantermos como humanos mesmo diante de tanta humilhação e desgraça que foram o tráfico negreiro e a escravidão. A escravidão nos concebeu como uma humanidade inferior ou sem humanidade, mas a religiosidade, a cultura, os acúmulos históricos da população negra, sobretudo das mulheres negras que construíram poderosas instituições políticas e religiosas para nos manter enquanto povo, foi a ferramenta fundamental para estarmos aqui nos conhecendo, conversando e tratando de um novo passo para a nossa libertação.

Essa é uma questão que eu gostaria de tratar e, a partir daqui, falar um pouco da conjuntura a que estamos submetidos aqui no Brasil. Nós estamos submetidos a uma conjuntura de guerra racial. Todas essas coisas que essa turma do Paul Gilroy chama de pós-racismo, afirmando que pretos se juntarem para falar de si mesmos e para lutarem pela sua autodefesa e para construir um outro modelo de sociedade baseada no acúmulo que esse povo mesmo tem, isso é uma coisa sem sentido, que não se discute mais porque o racismo vai acabar tranquilamente. Marchas feitas, como a de Farrakhan em 1993, que pretendeu dizer aos negros americanos que eles poderiam fazer as coisas do seu próprio jeito e por si próprios, eram fascistas. Negros se reunirem para falar sobre si próprios era uma espécie de fascismo, porque existia uma contradição muito maior e isso a esquerda fala muito bem que é a contradição do capitalismo e que isso vai ser superado, que o racismo vai ser superado quando a gente tiver acesso ao consumo, tiver acesso aos bens. Esqueceu-se de dizer que os brancos, ao longo da história, organizam-se como nação. Não é à toa que eles próprios inventaram o nome europeu, mesmo sendo diferentes, sendo ingleses, sendo

franceses, eles são europeus. Não é à toa que eles se organizam, inclusive politicamente, e na Comunidade Europeia, os partidos fascistas e nazistas ascenderam ao poder. Os brancos podem, mas nós não podemos, organizar-nos para nos defender e para falar sobre nós próprios. É importante falar dessas coisas, dessas questões, trazer essas provocações para nós, negros e brancos, percebermos em que nós estamos mergulhados dentro dessa sociedade, qual é a escolha que nós vamos fazer do ponto de vista de luta, porque isso aqui não é uma reunião de intelectuais para não dar em nada, isso aqui é uma reunião para resultar em luta e mudança. Isso aqui é um ato fantástico, de fortalecimento comunitário, da nossa comunidade, do nosso povo, o entendimento dos negros e negras enquanto povo dentro do território brasileiro. É fundamental para nós acabarmos com a situação de desrespeito e de eliminação a que estamos submetidos. E, repito, nós estamos submetidos, porque ninguém, aqui, está a salvo, os negros não estão a salvo de um esculacho da polícia, de uma bala da polícia, de ser enterrado no cemitério clandestino. Ninguém está a salvo, essa é a primeira questão que nós precisamos tratar, porque a gente não pode tratar isso como se estivéssemos a salvo num círculo cósmico.

Nós, da Campanha Reaja, temos uma atuação da Quilombo X dentro do sistema prisional, no sentido de tratar com o nosso povo, que é a maioria encarcerada, dos motivos que os levaram ao sistema prisional. O sistema que mais cresce na América Latina, nós somos a quarta população carcerária do mundo, nós batemos em países mais importantes e nós somos a maioria de sistema de encarceramento, porque a lógica é essa, você elimina, quando você não elimina, você neutraliza, e como é que você neutraliza? Dentro do sistema prisional. Os psicólogos têm uma fun-

ção principal de luta e de rebeldia dentro do sistema prisional. Aqueles relatórios psicológicos, os laudos psicológicos, que são uma espécie de *minority report* em que vocês... os intelectuais, os iluminados, vão determinar se aquela pessoa vai praticar um crime ou não vai praticar o crime. Sei que o Conselho Regional de Psicologia já foi contra isso, mas isso tem que se tornar uma coisa real e concreta no interior do sistema prisional e um debate no interior da sociedade brasileira. Nós, da Campanha Reaja, não atuamos achando que o genocídio é uma coisa longe de nós. Nós criamos um *know-how* de enterrar pessoas e a importância das mulheres nesse debate não é colocada devidamente, porque as mulheres, nossas mães, avós, irmãs, elas têm segurado o sistema prisional. Elas têm tido a extensão da pena dos seus entes queridos que estão enterrados nas masmorras da prisão brasileira, elas têm tido a humilhação da revista vexatória. Essas mulheres nos criaram e cuidam da nossa comunidade, essas mulheres são as primeiras que vão reconhecer o corpo na pedra do IML e, portanto, essas mulheres são as coordenadoras e a vanguarda de nossa luta por libertação. Precisamos de que psicólogos, de forma voluntária, ou de forma organizada, pensem em como criar grupos com essas mulheres, grupos para atender, para discutir com elas os danos psicológicos que elas têm. Assim como ninguém pensa no defensor, a maioria de nós, chamados de defensores de direitos humanos, que somos militantes do Movimento Negro, a maioria de nós carrega sequelas muito fortes e grandes por conta do que nós temos vivido no cotidiano: uma luta em que você é acusado de defensor de marginal, defensor de bandido e, invariavelmente, é ameaçado de morte. Estamos na linha de tiro, na linha de frente e somos o alvo dessa polícia que mata, desse Estado que mata.

Pessoa da plateia

Quero fazer uma pergunta bem pontual, porque agora vamos ter as eleições, e uma das questões que vai ser levantada é justamente a redução da maioridade penal. A princípio, o que se debate em relação à redução da maioridade penal é que pelo menos reduzissem de 16 para 14 anos, de 18 para 14. Acredito que seja um consenso que a redução da maioridade penal não resolve o problema da violência. Mas, com o passar do tempo, existem algumas categorias de conservadores que estão propondo a redução da maioridade penal para aqueles crimes hediondos e não para todos os delitos. Ou seja, essa redução da maioridade penal seria aplicada apenas a mais ou menos 5 a 10% dos crimes.

A pergunta que eu coloco é a seguinte: como vocês entendem essa questão da redução da maioridade penal para esses casos específicos, que estão ganhando o apoio popular, e como vocês enxergam isso dentro de um contexto muito maior que tem a ver com o mercado ilegal das drogas, que recruta menores colocando-os em conflito direto com a polícia.

Pessoa da plateia

Meu nome é Adão, milito na questão racial já há alguns anos. Vou contar um caso bem curto no foco da questão da Psicologia. Eu viajei para Salvador agora em fevereiro, fui participar do enterro da minha ex-sogra, Judith Maria de Jesus, e o esposo dela, que eu não conheci, chamava-se Francisco Pinto. Ela morreu com 90 anos, ia fazer 91 no dia 22 de maio passado, e ele morreu com 104 anos em 1976. Segundo a minha ex-esposa, ela e os irmãos, eles tiveram cerca de 20 filhos, nunca viram o pai sem camisa, nem uma única vez e, quando ela tinha 10 anos, ela acordou à noite, ouvindo um choro, era ele que estava chorando. Quando ele faleceu, ela tinha 13. Isso foi aos 101 anos. A mãe dela dizia pra ele: “Esquece, isso ai já passou, já foi. Foi há muito tempo, esquece”, ele chorava porque quando jovem, aos 15, sei lá, 16, 20 anos, ele apanhou muito, várias chibatadas nas costas e ficou marcado e por isso, ele não podia ficar sem camisa e não queria passar essa dor para os filhos. Sempre criou os filhos da maneira correta, agindo da maneira correta, sendo honesto e trabalhando, sempre segurando as coisas. E a gente conta essas histórias, e nós ouvimos da parte do Movimento do Negro Unificado, igual a essa, muitas outras

centenas, milhares de outras histórias, mas o que fica, na verdade, é o efeito, olha-se o efeito e não se vê a causa. Quando você convoca o CRP de São Paulo, em âmbito nacional para que realmente se olhe a partir de agora, já que se está discutindo genocídio, para as mulheres negras, ninguém faz ideia da dor que essas mulheres passam e, sendo a maioria da população, significa que a maioria da população brasileira não tem condições psicológicas para definir o seu futuro. Na imagem televisiva, de várias formas de propaganda, ela não se vê, e não vê os filhos. Exemplo máximo disso, eu participei do lançamento da campanha contra o HPV aqui no CÉU Butantã, e, na campanha, tinha uma menina estudiosa, a outra roqueira... três meninas lindas e todas brancas, só que não são as filhas da maioria da população brasileira, a maioria é negra. Mas eu me alegro que nós estejamos nesse espaço para que a gente consiga avançar um pouco mais, porque o Brasil é um Brasil de todos, dos negros, dos brancos, orientais, e tal, assim por diante. Ou nós nos assumimos como nação e nos unimos, ou nós não vamos ter futuro nenhum, porque, por essas dores, isso aqui vira um inferno, vira uma guerra civil terrível.

Professor Dennis

Na verdade, a pergunta sobre a redução da maioridade penal é uma questão muito complexa. Há um problema muito sério que é uma desinformação que acaba gerando esse tipo de proposta. A desinformação é que a criança adolescente menor de idade fica impune. Isso não é verdade. O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, prevê medidas de punição, de julgamento desses criança e adolescente infratores. É falso dizer que eles ficam impune. E nem tão pouco quem defende os direitos humanos, quem defende o ECA, que é contra a redução da maioridade penal, não defende a impunidade. É claro que os crimes hediondos precisam ser julgados. Mas a discussão que é complicada fazer nesse campo é o seguinte: o que está por trás dessa ideia da redução da maioridade penal e de intensificar as punições criminais é a ideia da higienização, ou seja, essas pessoas que praticam delitos são pessoas que não têm o que fazer, e devem ser exterminadas. No fundo, o que as pessoas querem é defender o extermínio, o genocídio. A ideia é que essas pessoas são pessoas que não servem, tem que ser exterminadas. Além de um espírito vingativo, há uma ideia de higienização muito forte.

Em primeiro lugar, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que se critica muito, não é uma legislação só para criança infratora, é para todas as crianças e adolescentes. É um erro tratar o ECA como apenas um Código Penal para crianças e adolescentes, pois ele é um Código Jurídico para todas as crianças e adolescentes. Então, se, por exemplo, alguém de classe média alta não deixa o filho ir para escola, pode ser processado por não deixar o filho ir para escola porque este é um direito dele, o que consta do ECA. Se as prefeituras, por exemplo, não dispõem de equipamentos públicos de educação próximos à população que está alocada ali, a prefeitura pode ser processada. O ECA é um Código Jurídico de Direito para todas as crianças e adolescentes, não é só para o infrator. Infrator é um capítulo do ECA. Segundo, o ECA não prevê impunidade. E terceiro, não existe nenhum estudo que demonstre que o aumento da punição, o reconhecimento da punição significa uma redução da criminalidade. Penso que essas são questões ideológicas que são naturalizadas, são cristalizadas e que ficam no senso comum. Eu concordo com você, é bem complicado discutir isso, mas acho que o papel nosso é de fato, tentar quebrar essas barreiras, principalmente, trazendo essas informações.

Hamilton Borges

A primeira, é que esse debate não é um debate ingênuo e nem um debate moral, é um debate para nos aprofundar nessas questões sem cair em armadilhas. Existe um empreendimento industrial carcerário baseado nos Estados Unidos e que pauta o mundo inteiro. Os modelos das cadeias brasileiras é um modelo norte-americano de *super max*. A gente esteve agora nos Estados Unidos, e fomos visitar uma cadeia, a gente foi ver como que funcionavam lá a indústria, as lojas, os pretos trabalhando, porque não tem emprego pra preto, não tem emprego para os mexicanos, para os latinos de um modo geral, então, é uma coisa que gera lucro. A lógica prisional de construção de presídios no Brasil está fazendo isso, os governos, inclusive os democráticos participativos, estão dizendo: “Vamos atrair as empresas”. Eles não trabalham com a discussão de outra recepção do código de execução penal, o código de execução penal foi recepcionado da forma que era. A Constituição de 1988 fala que todos são iguais perante a lei, e o código de execução penal de 82 diz que o trabalhador aprisionado vai ganhar 70% do salário, ou seja, vai trabalhar de graça, é trabalho forçado. Pensamos que a cadeia no mundo inteiro é extensão da escravidão, a mesma lógica da escravidão:

trabalho forçado, contenção das pessoas e contenção da rebeldia. Do mesmo modo que acontecia antes: se você era um negro da casa, você podia ficar livre e se desenvolver ali, mas se você era um negro rebelde, era levado pra senzala e trancado. Então, tem a mesma lógica.

Esse debate de redução da maioria penal, esse negócio de crime hediondo, parece conversa daquela mulher Gloria Perez, isso aí é coisa dela, que o parlamento abraçou. Quando se fala de crime hediondo, as mortes, os homicídios são crimes hediondos, mas os crimes hediondos de que eles estão falando é a guerra às drogas. O processo de guerra às drogas, o aprisionamento, a redução da maioria penal fazem parte de um mesmo esquema. Então, se a gente fez um debate de acabar com as guerras as drogas, de descriminalização de certas substâncias, etc., etc., os caras vão perder lucro, isso é capitalismo, o racismo se retroalimentando. Essa que é a questão. Mais uma coisa importante que você falou que esse é um discurso dos conservadores. Não é não, não é dos conservadores, o governo da Bahia... eles estão dizendo que nós estamos jogando pra direita, mas nós não podemos mudar o nosso discurso conforme a conjuntura, o debate da gente não é perfumaria. Imagine se eu vou mudar o meu discurso diante de tanta mãe que perdeu o filho, tanta gente aprisionada, Mas eu tenho que dizer ao mundo inteiro, porque é fato, o governo da Bahia, o candidato do Partido dos Trabalhadores, pressionado pela Rede Globo e pelas empresas que se beneficiam com essa onda de violência, fez esse mesmo discurso: “Para os crimes hediondos, homicídios... a gente tá propondo 17 anos”, e ele, como candidato a governador, disse que vai se empenhar para endurecer ainda mais o código penal, isso pra mim é um discurso conservador, mas saiu de um partido de esquerda e quem é desses partidos precisa pressionar os seus companheiros a fazerem um retorno ao que eles, pelo menos, dizem que são os seus programas, porque o candidato ao senado na mesma chapa defendeu em bom tom pena de morte e prisão perpétua. Pena de morte e prisão perpétua vai facilitar alguma coisa para a vida de pretos e pretas? Vocês acham que a gente tem que ficar calado diante disso? Essa que é a questão, então, não é um discurso de conservador.

Adão, esse negócio que você falou das marcas no corpo, essas marcas no corpo vêm de todas as rebeliões da Bahia e talvez, no Brasil inteiro. A polícia militar do Brasil nasceu na Bahia em 1835, o regente, o rei, o seja lá o que for da Polônia man-

dou que se criasse uma polícia para combater um quilombo chefiado por uma mulher chamada Zeferina, criou-se a Brigada Militar. A Brigada Militar tinha como *modus operandi*, encontrar qualquer negro, matar e chicotear, depois tinha a devassa, se você tinha uma marca dessa, marca da escravidão, imagine, no século 20, tinha a marca do mal. Então, é por isso que essas pessoas escondiam essas marcas. Agora, a polícia militar do estado da Bahia, de um governo democrático popular lançou a cartilha *Pacto Pela Vida, Terra de Todos Nós*. Essa cartilha é a cartilha da tatuagem, cartilha lombrosiana, essa cartilha indica as marcas das pessoas que podem ser atingidas pela polícia, que podem ser mortas. Uma das marcas é o símbolo de Oxóssi. Várias pessoas negras estão morrendo em Salvador e não têm a atenção do IML para a sua religiosidade. Não tem direito a um enterro, a ser plantado, não tem direito a uma reza. Várias pessoas estão sendo enterradas em cemitérios clandestinos, aí sim, é a morte para um africano. Essas são as questões que nós precisamos combater e tudo o que nós estamos falando aqui está completamente relacionado à escravidão. A gente fala com muita emoção porque a gente tá querendo que esse negócio pare, que acabe. Nós precisamos reaprender a tratar a morte, e a morte que está colocada. Nós nunca tivemos medo da morte, nós, africanos Mas nós temos sim, essa antecipação da morte, a morte na fase mais produtiva, a morte que não completa um ciclo, dessas pessoas não podem ficar velhas, esse que é o grande combate, essa é a pauta central que nós estamos colocando.

Bruno Gonçalves, conselheiro do CRP SP

Hamilton, você falou que é necessário politizar a dor para os negros conseguirem se fortalecer. Queriria que você falasse um pouco dessa perspectiva de politizar a dor e politizar o sofrimento. E se você pudesse fazer um gancho com o que você colocou agora, com a religiosidade, com a memória ancestral, com a memória histórica, com a memória da diáspora, quer dizer, como que todo esse conjunto de memórias, de camadas, vai politizar o sofrimento e fortalecer a nossa luta pela libertação.

Pessoa da plateia

Como o Conselho pensa em instrumentalizar tecnicamente os profissionais para isso não ficar uma discussão fechada em guetos?

Pessoa da plateia

O que a gente pode fazer para que essa discussão não seja só do psicólogo negro para o psicó-

logo negro? Do estudante negro para o estudante negro? Como que a gente aumenta isso?

Pessoa da plateia

Meu nome é Lidiane, sou psicóloga, trabalho na área da saúde, na Atenção Básica, no município de São Paulo. Eu queria que vocês falassem um pouco da desmaterialização; e a segunda questão, que me marcou bastante, são as dimensões do genocídio. Porque tem a morte efetiva, a morte clínica, vamos dizer assim, o corpo estendido no chão, os assassinatos, mas tem o genocídio dos que ficam. O objetivo na Atenção Básica, na Secundária, na Febem, é que se trabalhe com a população que ficou, com aquela comunidade, com aquelas mães, com os irmãos. Qual expectativa ter para um adolescente que está sob esses efeitos desde que nasce?

Hamilton Borges

Pessoal, me permita ler uma passagem aqui. Esse livro *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*, Elisa Larkin Nascimento, Coleção Sankofa. Eu vou ler uma passagem aqui: “O (incompreendido) exigiria que se interrogasse a linguagem e a lógica dos povos africanos tradicionais para aprender de forma profunda e nítida, o funcionamento dos povos africanos contemporâneos. Nossos ancestrais foram trazidos para o novo mundo destituídos de liberdade, ou seja, em grillhões, mas não chegaram destituídos de pensamentos ou crenças sobre o que eles eram. Nossos ancestrais vieram com uma lógica e uma linguagem de reflexão sobre o que significa ser humano e sobre quem eles eram e a quem pertenciam e porque existiam. Somente por meio de uma interpretação profunda da linguagem e da lógica da nossa própria ancestralidade. Seremos nós, os africanos diastólicos capazes de verificar os significados e as compreensões que determinadas comunidades transportaram para o mafa da escravidão. Marimba Ani, 1994, introduz o conceito de mafa e define como grande desastre e infortúnio de morte e destruição além das convenções e da compreensão humana para mim, para ele, característica básica do mafa é a negação da humanidade dos africanos, acompanhada do desprezo e do desrespeito coletivos e contidos ao seu direito de existir, o mafa autoriza a perpetuação de um processo sistêmico de destruição física e espiritual dos africanos individual e coletivamente”.

Por que eu fiz essa leitura aqui? A primeira questão que eu gostaria de falar era: eu repeti invariavelmente aqui que nós somos africanos, nós somos africanos, nós somos africanos, por-

que nós somos africanos, nós negros e negras, na diáspora, somos africanos, o judeu em qualquer lugar do mundo ele se orgulha de ser judeu, inclusive, tem cemitério, nós somos africanos, esse é o grande legado e a partir do momento dessa... eu considero que tem um monte de gente aqui que não é morena, mas mesmo que se diga que é morena, a gente vai entender que mouro é aquela pessoa de pele escura, que ocupou a península ibérica, de qualquer modo, são africanos, certo? Essa é a primeira questão e a volta, revirar o passado, trazer o nosso passado, mas não trazer só o passado de sofrimento que também é importante, mas trazer as nossas grandes realizações. Esse é um caminho importante e vai ser um caminho que vai ser difícil mesmo, não é fácil, nunca ninguém disse que é fácil, é louco, ninguém disse que é fácil, esse que é o debate, nós não estamos trabalhando com esse negócio, também trabalhamos agora, mas a gente não trabalha só com esse negócio do real concreto, o movimento que diz assim: “Olhe, vamos fazer uma reunião no CRP e dividir as fichas para depois dar a casa, dividir a cesta básica e o teu pedaço de terra”, nós estamos fazendo outra coisa, vamos fazer uma reunião no CRP para discutir a vida intangível que ninguém toca, mas que é super importante, essa que é o grande barato desse movimento, foi um movimento esse movimento negro, haja respeito pelo Movimento Negro brasileiro, haja respeito, porque nós colocamos essa zorra na pauta nacional, com todas as dificuldades, com tudo contra a gente, nós colocamos na pauta nacional, vamos começar a responder.

Quanto a politizar o sofrimento, concretamente, como foi que nós começamos a falar sobre isso? Nós, em 2005, vimos, em todos os lugares do país, uma pilha de cadáveres se amontoando na nossa frente. Nos lugares em que nós moramos, não existia uma palavra sequer sobre isso, ninguém dizia nada sobre isso. Morreu a Dorothy Stang, nós sentimos, nós sofremos com a morte da freira. A gente viu as organizações de direitos humanos, as organizações sociais, mandarem toneladas de cartas para o governo federal para que o governo tomasse uma providência e intervisse naquele estado, e foi o que o governo federal fez. Todas as instituições de proteção dos direitos humanos se mobilizaram para alcançar os autores, prender e julgar os autores, enquanto a nossa vida, nós percebemos que não tem o menor valor, se não tiver para nós mesmos. A primeira questão é fazer o nosso próprio discurso, por mais que nós achemos que é importante que os brancos nos

apoiem na nossa luta e é importante que apoiem, porque é uma luta do estado brasileiro, é uma luta da sociedade brasileira, mas quem tem que falar sobre nós somos nós mesmos. Nós queremos, inclusive, que os brancos comecem a fazer reuniões para se dizerem como é que se sentem sendo brancos, como é que se sentem na propaganda do xampu, como é que se sentem passando pela batida policial, como é que se sentem na janela da televisão, super representados, os brancos precisam abrir a boca, porque a gente chega aqui, fala como morre, como casa, como ama, como chora, os brancos não falam nada. Tem que vim aqui falar de si, não perguntar como é que a gente sofre, e nem querer ensinar a gente como é que a gente se defende. (Incompreendido) dizia o seguinte: “Os brancos são engraçados, eles dão chute na bunda, depois querem nos ensinar como nos defender do chute na bunda”, por isso que é importante, eu abriria até uma nova, um novo tempo pra gente ouvir, a gente precisa ouvir como vocês se sentem, isso é importantíssimo, isso é chamando inclusive para a aliança, fundamental, radicalizada, né, dessa luta.

Pergunta feita pela internet

A partir da desmilitarização, quais os princípios teóricos funcionais e práticos que o movimento social detém para sustentar essa importante afirmação?

Hamilton Borges

São Paulo, tudo aqui é pra frente, só o ódio do povo preto que é antigo, mas tudo é moderno aqui. Mas o ódio é o mesmo, né, irmão?

Então, quando a gente percebeu tudo isso, nós levantamos a seguinte questão: que a gente tem que parar com esse negócio de ficar indo para os grandes debates, fazendo debates que dá três gatos pingados, sentindo-se a cereja do bolo, tirando onda de distinção social. A gente tem que encarar que nós estamos numa situação muito difícil e que nós temos que organizar o nosso povo, estar junto do nosso povo, e chamar o nosso povo para a defesa. E, aí, nós articulamos uma grande reunião com mais de 18 pessoas e todas as pessoas tinham uma experiência de morte na família ou de algum amigo, e morte pelas forças estatais. Então, pegamos a palavra de ordem, que é *Reaja ou será Morto*, e fomos às ruas, ocupamos a Secretaria de Segurança Pública. Para dizer que nós politizamos a nossa morte e o nosso sofrimento, a gente se espelhou muito no povo palestino, que, a cada morte, os caras pegam o fuzil, bo-

tam a bandeira, botam o caixão no ombro e vão cantando suas músicas. A gente precisava fazer isso, foi o que nós começamos a fazer, politizar a nossa morte é colocar o aspecto mais importante da nossa existência que é a nossa vida aqui, agora, como uma exigência política, não é uma reivindicação mas uma exigência política, porque se você não está vivo, tudo mais é perfumaria, não adianta a gente lutar por mais nada. E esse sofrimento é um sofrimento que nós temos, um sofrimento profundo. A gente não tem o direito de se calar sobre isso. Precisamos redefinir a nossa concepção de humanidade e redefinir a nossa concepção de nação. Nós precisamos de uma nação que inclua os indígenas, para que eles não sejam chamados de baderneiros quando exigem o pleno direito à sua existência, à sua terra, e à sua vida digna. Essa que é uma redefinição importante. Então, para isso, nós precisamos de uma luta de libertação, eu não acho que ninguém aqui tá propondo ninguém pegar em armas, até porque, se a gente estivesse propondo isso, não ia falar aqui na CRPwebTV.

Respondendo a pergunta de como atuar, diria que existem várias maneiras de atuar. Vocês não imaginam o quanto é importante o tipo de atuação que tem sido feito aqui no CRP, que permite que a gente faça esse debate. E existe uma atuação mais dura, uma atuação que é cultural, existe a atuação que é mais radicalizada, existe uma atuação que é mais negociadora, todas estão no mesmo patamar, nenhuma é mais importante do que a outra. A presença da gente aqui é uma atuação forte, precisa se fortalecer esse tipo de ação que não pode ser uma coisa sazonal, como é efeito de *facebook*, tem que ser uma coisa permanente e que você faça em sua casa, que você faça no seu trabalho, mas que você faça. Sobre a desmilitarização, como nós falamos aqui, essa polícia militar vem perseguindo com o mesmo *modus operandi* de escolher o inimigo interno, de eliminar as pessoas e de usar a brutalidade. A polícia militar ganhou uma força no período da ditadura militar, aí chega novo ordenamento democrático e ela continua. Desmilitarizar a polícia, mesmo com a recomendação da ONU, não é fácil. No topo da polícia militar, há uns brancos ganhando muito bem, obrigado, com uns privilégios com direito de dar tapa na cara de soldado. Imagina se eles vão querer perder esses privilégios. Agora, nós precisamos fazer a luta política, a luta social para que nós consigamos, nesse primeiro momento, acabar, extinguir a polícia militar. O segundo momento é saber como que a gente vai criar instrumentos de controle dessa polícia,

mesmo sendo civil? Porque a desmilitarização não significa a extinção da polícia militar porque a polícia civil também é militarizada, existe uma militarização do espaço urbano. Nós precisamos falar é da desmilitarização da polícia militar e a desmilitarização do espaço urbano.

Quando perguntamos quais são as sequelas do genocídio, nós estamos debatendo é o racismo. Nós somos um grupo de familiares, de pessoas que perderam familiares e o grupo de familiares de amigos de presos, nós precisamos nos reunir para discutir o impacto disso na nossa humanidade, na nossa vida. É muito cigarro, muita bebida, é muita dor, é muito sofrimento, é muita depressão, que não é contabilizado, não tem política para isso, nós precisamos lutar para que as pessoas não morram, como estão morrendo nessa indignidade.

Continuando a responder as questões, digo que temos uma crítica profunda ao governo federal. A gente tem possibilidade, porque a gente não pega dinheiro do governo federal, nem de governo nenhum. Mas o *Juventude Viva* é o quê? Quem é que coordena o *Juventude Viva*? Ela é negra? Então, *Juventude Viva* tem sido uma bolsa de emprego e nada contra os companheiros, não estamos falando mal aqui dos irmãos que optaram por essa luta, o momento é de agregar, o momento é de chamar para junto, mas nós precisamos perguntar aos irmãos como que eles aceitam isso?

Quanto à ação no sistema prisional, porque socioeducativo é sistema prisional, é a mesma coisa. Tem uma ação que tem que ser de instituir, novas formas, brigar. Agora, tem que organizar para fora também, eu acho, como a gente tá fazendo, associação de familiares e amigos de presos, associação de familiares e amigos dos meninos, porque essas pessoas que têm, com todo respeito à pastoral carcerária, às associações, são os familiares que lutam, que têm que cobrar e que têm que representar essas pessoas que estão encarceradas, certo? As que estão levando à morte o nosso povo. Beleza total?

“*Povo negro unido, povo negro forte, que não teme a luta, que não teme a morte*”, essa é a palavra de ordem.

Professor Dennis

Todas as perguntas aqui vão muito na ideia do que fazer. Acho que ficamos tão consternados com as situações que ficamos ansiosos para resolvê-las. Quando eu tinha 13 para 14 anos, estava com um amigo meu da escola e fomos procurar emprego no *Shopping Center* Ibirapuera. Em um certo momento, uma mulher branca nos olhou, cochi-

chou no ouvido de um segurança que nos catou pelo braço, nos levou pra sala de segurança, deu uns tapas na gente dizendo que a gente estava assaltando. Eu acho que foi em 77, quando ocorreu esse episódio. Até mais ou menos anos 90, 92, eu nunca mais consegui entrar naquele *shopping*, e guardei isso pra mim. Seis irmãos, meu pai falava assim: “A forma da gente superar o racismo...”, meu pai é um homem negro, “...é você estudar muito, você ser competente, você demonstrar que tem competência, supera isso”, e a gente era quase que forçado. Que é muito louco assim, como é que o meu pai falava pra gente? Minha família... Nós fomos bem na chicotada a estudar, eu sempre fui um bom aluno, não porque eu queria, mas na porrada que era isso. Meu irmão mais velho já era mais malandro, conseguiu escapar desse troço aí. Então, foi um pouco assim. Por que que eu conto essa história? Quando aconteceu esse episódio comigo, eu fiquei com muita vergonha de contar para o meu pai, fracasso, aquela coisa, guardei pra mim, né, fui contar isso só nos anos 90, para a minha esposa. Eu acho assim, por mais que a gente fique bastante impactado com os dados, com esse tipo de situação, genocídio, racismo, tem uma coisa que é muito importante, a gente tem que valorizar, a nossa luta, a nossa trajetória, não permitir que isso aconteça, os jovens de hoje não permitem que isso aconteça. Minha filha, ela é farmacêutica lá da Drogasil, responsável técnica em uma loja lá em Moema, ela já foi várias vezes discriminada racialmente por funcionários subordinados a ela e por clientes, e ela tem tido uma postura bastante ativa em relação a isso, processando, tal, tudo isso, né? Claro que isso desmonta a pessoa, mas ela tem tido energia. Daí, eu fico muito feliz assim, que pessoas, jovens, gerações posteriores à minha tenham tido uma postura diferente da minha, eu acho isso um avanço nosso, um avanço. Eu tô colocando isso porque a impressão que dá é que nada mudou, eu acho que mudou muita coisa, não por parte do Estado, mas por parte da nossa postura enquanto jovens, enquanto sujeitos negros, negras, e isso mostra pra gente que a gente tem energia suficiente para resistir e para mudar esse mundo. Então, por mais que a gente fique bastante ansioso, sintam-se um tanto impotente diante da violência, como se coloca isso, essa trajetória histórica comparada, por exemplo, ao que era antes, como as pessoas reagiam, o espaço que você tinha para expressar isso, que agora é muito importante. Eu penso o seguinte, olha, a questão dos problemas que foram apontados aqui, a luta contra o racismo, ela tem dois aspectos importantes: primei-

ramente, quando você luta contra o racismo, contra o machismo também, implica num deslocamento de pessoas, sujeitos, e isso é muito difícil, porque quando você reivindica a sua posição de cidadão, como homem negro, como mulher negra, significa o homem branco e a mulher branca a se reposicionar enquanto tal, porque esse homem branco, mulher branca, ele se forma a partir da pressão do negro, não é isso? Os privilégios raciais de que eles usufruem é que formam esse *éthos* branco, é assim que resolve, tanto é que para o homem branco, mulher branca, a questão étnica não é problema. Tem uma pesquisa muito interessante da Lia Shucmann, que discute o conceito de branquitude, e o que ela fala é assim: o branco não fala que é da etnia branca, ele fala que é ser humano, a humanidade está resolvida para eles. E que humanidade que é essa? Uma humanidade constituída... não é um conceito universal de humanidade, é uma humanidade construída a partir dos privilégios de que eles usufruem, de ser privilegiado numa seleção de vaga de emprego, de não ter todas as barreiras sociais, mesmo sendo brancos pobres, ressaltando isso, mesmo sendo branco pobre. Sempre conto uma historinha interessante, família branca pobre de uma favela e família negra pobre de uma favela. Aquela menina pobre vai aos 14 anos procurar emprego, ela consegue emprego de recepcionista, consegue emprego numa lojinha, a mulher negra não, no mínimo vai ser faxineira. Isso é um dado objetivo, o Hélio Santos escreveu um livro muito legal, chamado *Um homem lésbico*, é um romance em que ela fala da história de duas mulheres negras e um episódio é muito interessante, uma menina negra, ela é órfã, as três irmãs vivem juntas, ela casa no Bexiga, com um italiano pobre, operário, já que no bairro, naquela época, tinha essa presença de italianos operários imigrantes e pessoas negras. Quando ela casa, engravida, morre etc., e a trajetória dessa família italiana é de enriquecimento, de ascensão social, e a família negra não, mantém-se no mesmo *status*, depois de um tempo, as tias, a vó dessa menina, que são brancas, acabam tendo uma condição social muito mais avançada, então, isso é um dado objetivo, né? O (incompreendido) raciais, que é o que a população branca tem, lhe confere uma situação, um *status* de humanidade e, quando você propõe, reivindica igualdade, reivindica o fim do racismo, o que significa? Significa deslocar a posição dessa pessoa. O que são cotas? Tirar vaga de branco, os caras são contra mesmo! Não vamos pensar que vai ser rapidinho, não é nada, a sociedade vai até quando mexe com o seu privilégio! Aí,

a coisa pega mesmo, pega no negócio, né? Então, isso é um problema muito sério, esse deslocamento de sujeito, então é uma questão que a gente tem que pensar. A mesma questão do machismo, né, o homem se forma a partir da posição da mulher, tem privilégios contra o homem, não é cobrada dele, por exemplo, a responsabilidade da criação dos filhos, e é muito interessante discutir isso porque, no movimento negro, isso acontece. Conheço várias negras importantes, não vou citar nomes aqui, que abandonaram as companheiras lá com os filhos e foram lá militar. Acho sério isso, muito sério. Conheço vários da minha geração que fazem isso, eu tenho orgulho de dizer que eu criei a minha filha sozinho, a partir do momento em que a mãe dela não tinha condições de criar, por questões que não vale a pena dizer aqui agora, e eu assumi essa condição. E não vou dizer que é tranquilo isso, claro que esse machismo que tá na gente, muitas vezes, eu me questionava por que aconteceu isso, ficava revoltado em muitos momentos, mas isso é uma ação política importante de ser colocada. Esse deslocamento, reposicionar é uma coisa bastante complicada. Então, essa questão que o Hamilton coloca, o branco tem que se reposicionar enquanto branco, repensar-se enquanto branco, não é ser solidário, é repensar-se enquanto tal, você tem que abrir mão de privilégios raciais, então isso é uma coisa que aponta para isso. E, aí, todas as perguntas que foram feitas, politizar a dor, a questão pobreza, o racismo, a questão social, a intervenção, a formação, vai nesse sentido. Quando a gente fala politizar a dor, politizar a morte, é uma coisa muito louca. Se você pensar, por exemplo, a Lélia Gonzales fala bastante nisso, as imagens de controle que são construídas sobre a população negra, sobre a mulher negra, por exemplo, a mulher negra é forte, ela tem um corpo forte para o trabalho, tem corpo forte para suportar todas essas dores e é interessante a gente ver como é que isso é desprezado nessas mães que têm os seus filhos mortos, ela aguenta, ela aguenta. O desprezo, a humilhação que elas passam na revista íntima dos presídios, a humilhação que elas passam quando são atendidas no IML para reconhecer corpos dos seus filhos que são mortos, a humilhação que elas passam na ação judicial e tudo isso, nos tribunais de justiça, nos julgamentos e etc., essa humilhação que elas passam, o desprezo que elas passam. Então, essas imagens que estão lá é que elas suportam, elas aguentam, elas são fortes para aguentar isso. Na questão da saúde, como que os médicos tratam as mulheres negras, inclusive, no parto, no exame ginecológico,

ela aguenta, ela é forte e tal. A mulher negra, ela aguenta ser escrava sexual do outro, ela não é dona do seu corpo, o corpo dela é do outro, é para usufruto do outro. Então, é importante refletirmos de que forma que vão ser tratadas essas questões todas aí, né? E a intervenção, falar um pouquinho da intervenção que a gente tem que fazer, eu acredito que assim, a gente, primeiramente, pegando um exemplo que eu tive da minha experiência pessoal, sozinho a gente quebra a cara, coce, pode ser competente, você pode ser estudioso, como eu fui, era um bom aluno, era um bom menino, e cheguei no *shopping*, o cara me deu porrada. Então, tem essa, sozinho, você não resolve. Então, todos os espaços que a gente conseguir construir de juntar as pessoas, de conversar, de formar. Acho que essa é a questão mais importante, acho importante a questão política, acho que é necessário a gente fazer isso também, não tô negando, mas o fato da gente sentir-se parte de um coletivo, sentir-se parte de um grupo, sentir-se parte do segmento social nos dá força para enfrentar, e isso, para isso, é importante a gente ter uma postura política junto da sua família, dos nossos filhos, etc., uma postura política junto às nossas companheiras e companheiros, uma postura política com os irmãos negros que estão com a gente na universidade, no trabalho e etc., independente das divergências, é tudo isso, porque isso significa a gente sentir-se parte de um coletivo e é assim que a gente consegue ter força para poder enfrentar todas essas mazelas. Rapidamente, perguntas mais pontuais, desintervenção da polícia, essa luta é antiga do Movimento Negro, é antiga, ela vem desde os anos 80, no final, quando estava lá a Constituinte, é antiga, pelo seguinte motivo: primeiramente tem uma vitória parcial nessa luta, né? A polícia militar, por ser militar, os crimes dos PMs eram julgados pelo Tribunal Militar, é evidente que o Tribunal Militar, que é um tribunal de exceção criado na ditadura, tinha uma tratamento feito com os assassinatos cometidos por PMs diferente do que eram os assassinatos cometidos por civis. Então, por conta disso, a gente achava que aquele tribunal de exceção, a gente defendia o fim da polícia militar. Houve um acordo em 91, e aí, o que aconteceu? Aprovou-se uma mudança apenas de fórum, manteve-se a polícia militar só que os crimes cometidos pelos PMs poderiam ser julgados de acordo com a demanda do Ministério Público, a polícia civil. Mas a PM, veja só, o fim da polícia militar, a ideia é um pouco isso que o Hamilton colocou, a ideologia militar não tem sentido, é uma força pública criada, pelo menos, historicamente,

para dar segurança aos cidadãos, militar combater com o outro, combate com o inimigo, que é o inimigo aqui? Então, é uma questão de concepção que tá colocada aqui. É evidente que isso não vai resolver o problema do racismo, aliás, a gente tem que perder a ilusão que vai haver uma medida, um decreto, uma lei que vai acabar com o racismo, isso não vai acontecer nunca, isso é um conjunto de medidas que você vai ter que ir construindo, mas é um passo importante a ser dado. E a segunda coisa é o *Juventude Viva*, concordo e assino embaixo com o que o Hamilton colocou, eu acho que o *Juventude Viva* tem um aspecto importante, que é o seguinte: foi um reconhecimento oficial do genocídio, então, levantou os dados, existem locais onde está acontecendo isso, isso é importante, institucional do genocídio, porque isso abre um flanco quando você viabiliza um problema, facilita a sua reivindicação, sua luta e seu confronto. Quando você inviabiliza, você fica eternamente falando: “Existe isso, existe isso...”, então, nesse ponto, foi importante. Agora, essa é a questão que está sendo colocada, o Movimento Negro, a gente tem que ter essa reflexão também, tem que constituir força política para chegar a quebrar a porta, essa coisa nossa, houve um deslocamento do problema, o *Juventude Viva* foi para outro setor, apagou a temática racial. Agora, o maior problema de tudo isso, de políticas institucionais, Tatiana tá em Guarulhos, você deve ver bem isso, é que o seguinte: a construção da CPIR, conselhos, não tem grana. Não tem dinheiro, a CPIR teve um corte de orçamento nos dois últimos anos de 25%; a CPIR nacional não tem quadro próprio de funcionários, ela vive do quê? De funcionários emprestados de outros ministérios, e ninguém empresta bom funcionário, tá? A SMP aqui em São Paulo também não tem quadro próprio de funcionários. Para você ter uma ideia, os nomeados tinham que limpar o próprio banheiro até, não tinha nada. Não tem grana, um corte orçamentário, quer dizer, vejam só, falam que é prioridade, os governos falam que é prioridade o antirracismo, pra mim, dá grana, dá dinheiro, você pode dar boas ideias, sem orçamento não resolve. A CPIR lançou agora um edital para montagem de projetos para o SINAPIR. O SINAPIR foi uma proposta aprovada na última CONAPIR, que é o Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial, aí os órgãos municipais mandarem projetos observatórios, outros projetos para poder implantar a SINAPIR. Esse Edital, ele tinha como orçamento três milhões e 400 mil reais, para contemplar projetos de até 200 mil reais, ou seja, 17 projetos no Brasil, quantos (incompreendido) no

Brasil? Pegando uma comparação, Editais do MINK(?), geralmente é dez, 20 milhões, então isso é um problema, cara, não tem grana. Eu acho assim, uma grande questão para o Movimento Negro é discutir isso mesmo, orçamento, discutir prioridades políticas, a gente tem que ter esse tipo de preocupação. Muitas vezes, a gente é chamado para conversar no governo, pessoal vai lá, tal, tal e essas questões, que são pontuais, vai conversar com o governo o quê? Qualquer proposta, não vai ter grana. Não tô lá para tirar fotografia, ano é isso. Eu fui agora, passei agora, esses dois dias, quinta e sexta no seminário da CPIR sobre questão de comunicação e racismo, foi muito interessante assim, tinham várias iniciativas de *blogs*, de coletivos de comunicação de negros e negras, tudo isso, o que o governo federal vai fazer para isso? Editais, financiamento ou não? Isso aí é papo furado, dizer que é bacana, bacana, bacana é papo furado, conversa fiada. Então, acho que a relação com o governo é institucional, Estado, e aí, não dá dinheiro, porque dinheiro é nosso, é dinheiro público, e se a gente efetivamente considera que isso é prioridade, a prioridade se dá a partir de orçamento. Esse debate que a gente tem que fazer é o que a educação faz, é 10% do PIB para educação, acho que é a mesma coisa que a gente tem que fazer: qual porcentagem do PIB a gente quer para políticas de combate ao racismo?

Jonathas Salathiel

Quero responder o que o CRP vem fazendo. Em diferentes situações, conversando com militantes negros, concluí que contar a nossa história, as nossas dores e as nossas alegrias, é uma das formas da gente se fortalecer. É um pouco nesse viés que eu, enquanto conselheiro no CRP São Paulo, venho propondo também para o CRP que dialogar com os psicólogos, com aquele que procura a psicologia, é uma forma de fortalecer. Não vejo aí uma forma estruturada e pronta, a gente está construindo junto. Por isso, conseguimos abrir o espaço do GT de Psicologia e Relações Raciais, que acontece uma vez por mês, conseguimos deixar marcado aqui no CRP que, em toda discussão que o CRP propuser, ter o recorte racial, até para a gente não ficar falando para nós mesmos. É poder fazer com que isso não seja uma luta só dos negros, são psicólogos negros e psicólogos brancos que têm que discutir. Ainda há outras formas e o que fazer ainda está em discussão. Acho que isso é uma construção, não é fácil e não vai ser fácil, e a gente não gosta do que é fácil, então vamos brigar e lutar.

Genocídio da Juventude Negra, pobre e periférica: questões objetivas e subjetivas em debate.

23

CATARINA PEDROSO

PSICANALISTA, MEMBRO DO *MARGENS CLÍNICAS*, GRUPO QUE ATENDE VITIMAS DA VIOLÊNCIA POLICIAL E TRABALHA NA PASTORAL CARCERÁRIA COM EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Pretendo fazer uma apresentação do grupo *Margens Clínicas* ao qual pertencço, de que modo começamos a trabalhar e qual é a relação do nosso trabalho clínico com uma dimensão política.

O *Margens* começa a se organizar em setembro de 2012 a partir de um pedido do movimento Mães de Maio, que era um movimento com o qual tínhamos proximidade. Este movimento se formou em maio de 2006, a partir das mortes de retaliação da polícia, por conta dos ataques do PCC. Foi uma semana em que morreram pelo menos 500 pessoas. Então, alguns desses familiares se organizaram para lutar pelo esclarecimento dos crimes, pela verdade dos fatos, por políticas reparatórias e nos trazem essa demanda de atendimento psicológico para os familiares e mais do que isso, pedem uma ajuda nessa luta por uma reparação integral. A fala das mães que nos chega é de que elas estavam ficando loucas e que não estavam encontrando espaços de atendimento na rede pública, um atendimento adequado, seja porque o atendimento era essencialmente psiquiátrico, medicamentoso, ou porque o atendimento não dava conta das necessidades que se colocaram a partir dos crimes cometidos.

Além disso, não por acaso, *Margens Clínicas* surge exatamente no contexto de criação de outra política reparatória para as vítimas da ditadura, que é a criação da *Clínicas do Testemunho*, que é o atendimento psicológico a vítimas da ditadura. É um momento em que o estado reconhece pela primeira vez, que além de uma reparação financeira, há outras ordens de reparação que o estado precisa dar conta. É a primeira vez em que o estado também reconhece que há outras medidas necessárias para compor o que é formalmente conhecido como justiça de transição, quer dizer, a transição de um período autoritário, de um período ditatorial para uma democracia a se consolidar.

Além disso, a criação da *Clínicas do Testemunho* coincide com a instalação de várias comissões da verdade, que usam toda uma mobilização em torno da questão da ditadura. Mas, como falou um colega nosso do *Margens Clínicas*, o Dario de Negreiros, em um debate na USP, por ocasião dos 50 anos do golpe, entendemos que os mesmos pilares da justiça de transição, que se referem ao período da ditadura, devem ainda ser aplicados na nossa frágil democracia. Penso que vale a pena então, falar quais são os pilares que sustentam essa ideia de justiça de transição. São eles: o direito a memória, o direito a verdade, a punição dos criminosos, a reparação das vítimas e a reforma das instituições. Nesse mesmo debate, foi citada Rosa Cardoso¹, que define o que são os crimes que lesam a humanidade. Segundo ela são violações fundamentais dos direitos humanos, como torturas e assassinatos, cometidos por agentes do estado, de forma sistemática ou generalizada e como parte de uma política de segurança deliberada. Essa descrição que ela faz dos crimes da ditadura é absolutamente perfeita para os crimes que continuam acontecendo na democracia, em relação, principalmente, a população preta, pobre, periférica. Além disso, os agentes do estado, responsáveis por esses crimes na democracia, também continuam impunes e anônimos. Então, exatamente da mesma forma como acontecia na ditadura, as circunstâncias dos crimes não são esclarecidas e isso com o aval do Judiciário, que arquiva os inquéritos, quer dizer, é toda uma estrutura que começa ali na ponta com o policial que comete o crime, mas que enfim, passa pelo delegado, passa pela polícia civil, passa pelo Judiciário, e que faz esses crimes caírem no esquecimento. Então, as vítimas da nossa

1 <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/viewFile/685/568>

democracia são também assim como na ditadura, abandonadas a um esquecimento tão drástico quanto aquele do período ditatorial. Uma das ideias importantes para o nosso grupo é de que aquilo que não pode ser simbolizado para o sujeito, retorna como sintoma e entendemos que isso acontece também, no campo social, ou seja, aquilo que não foi socialmente elaborado, socialmente transformado, vai retomar como sintoma.

No caso da violência policial, é essa a leitura que fazemos, temos uma instituição policial que permanece exatamente a mesma. Há uma mudança fundamental do papel da polícia durante a ditadura. Antes, ela era uma força de reserva do Exército e passa a fazer uma atuação ostensiva o que permanece até hoje, a lógica militar de ter os cidadãos como inimigos e que precisam ser combatidos, eliminados. Há outras reformas institucionais que não foram feitas, como reforma no Judiciário e na polícia civil também, que é militarizada na sua lógica de funcionamento. Então, partimos dessa ideia de que aquilo que não pôde ser transformado, não pôde ser elaborado vai existir como um sintoma e vai continuar produzindo seus efeitos. Foi a partir de tudo isso, com todas essas ideias mobilizadas que montamos esse coletivo para, a partir dos atendimentos psicanalíticos, subsidiar uma luta maior por memória das pessoas vitimadas, pela elucidação dos crimes, pela responsabilização dos violadores, pela reparação integral das vítimas e pela reforma das instituições que autorizam e realizam esses crimes.

Nós nos organizamos da seguinte maneira, somos 10 psicanalistas de São Paulo, fazemos um grupo terapêutico em Santos e também, fazemos atendimentos aqui em nossos consultórios, porque essa é a forma que encontramos para responder imediatamente a demanda dos familiares por atendimento. Mas, como eu falei, esses atendimentos são subsídios para uma luta maior que é dar conta de todas essas demandas que consideramos fundamentais para caminhar para uma democracia mais sólida. Além dos atendimentos, temos supervisões, discussões teóricas, e recebemos encaminhamentos, não somente do movimento Mães de Maio, mas também, da Defensoria Pública.

Agora acho que vale a pena colocar de que modo esses atendimentos clínicos se relacionam com uma dimensão política. No *Margens Clínicas*,

partimos da ideia de que a clínica é em si política. O atendimento de cada sujeito que ali é recebido é um ato político. No entanto, acho que tem outra dimensão da política que queremos alcançar com esse trabalho que vale a pena aprofundar. De que modo as vivências subjetivas das pessoas que atendemos se relacionam com essa dimensão política da democracia e da justiça de transição? Como falei anteriormente, trata-se de crimes que são relegados ao esquecimento absoluto. Sob nosso ponto de vista, o não reconhecimento por parte do Estado desses crimes cometidos, significa a continuidade sistemática dessa violação, é como se o crime continuasse existindo e se repetindo e os familiares, quando não encontram na sociedade esse tipo de reconhecimento dos crimes, vivem a experiência de carregar o fardo de um luto que não pode se realizar. Como são crimes silenciados e negados, essas pessoas mortas e os familiares têm o direito à memória também negado. Então, os pais e familiares tornam-se eles mesmos as sepulturas dessas vítimas. O que a gente ouve nos relatos deles é a experiência de carregar um fardo dessa dimensão e se não o fizerem, é como se eles fossem responsáveis por uma segunda morte dessas pessoas. A fantasia que se coloca é um pouco essa, é como se até eles se esquecessem, é como se essas pessoas nunca tivessem existido e o trabalho de luto não pode se realizar. O trauma é muito mais violento do que uma experiência de violência ordinária, porque ela vem da onde nunca deveria vir, quer dizer, do estado. Então, sob nosso ponto de vista, o reconhecimento desses crimes é o primeiro passo para que essas pessoas possam começar um processo de elaboração do trauma, o que não significa dizer que o trauma possa ser superado. Pensamos que tem sempre algo de insuperável no traumático, que não pode ser dito, que não pode ser simbolizado, mas achamos também e apostamos nisso, que o trauma pode encontrar um outro lugar, um lugar possível na história do sujeito. Nosso trabalho é um passo, no sentido de buscar um reconhecimento social e esclarecimento dos fatos, e uma reparação integral para esses familiares, no sentido de uma elaboração social desses acontecimentos. É por isso, não por outro motivo que também apoiamos, junto com os familiares de outros movimentos, a instalação de uma comissão da verdade dos crimes da democracia.

Boa tarde a todos que estão aqui ou que nos acompanham pela transmissão. É uma oportunidade única poder estar aqui no CRP, apresentando esse nosso trabalho do *Margens Clínicas*, porque me parece necessário transformar algumas das nossas ideias que acontecem internamente, coisas que a gente escuta e nos mobiliza a pensar em algo público, em algo compartilhado, o que nos parece bastante importante. Ao longo da semana, comecei a pensar a respeito do nome do nosso encontro: *Contra o genocídio da população negra: Subsídios Técnicos e Teóricos para Psicologia* e especialmente, um nome, um significante, por assim dizer, que me chama bastante atenção é genocídio. Porque nomeamos genocídio da população negra como genocídio. “Theodor Adorno, filósofo da escola de Frankfurt, em um texto chamado ‘Mensagem em uma Garrafa’, traduzido na coletânea do Zizek, chamada “*Um Mapa da Ideologia*”¹, faz um comentário sobre a palavra genocídio. Ela aparece para os ingleses para nomear o inominável, quer dizer, não se conseguia dizer sobre o que era, o que havia acontecido no holocausto, o que o nazismo fez com os judeus. Na impossibilidade de nomear, foi preciso criar uma palavra para designar o horror histórico que tinha acontecido. Achei importante trazer esse elemento porque eu tenho algumas questões a respeito. Porque chamamos de genocídio e não de extermínio, por exemplo? Também tenho minhas dúvidas a respeito de certas posições históricas que vão sendo feitas, e acho que propositalmente feitas, para termos categorias mínimas para pensar no que está acontecendo. Também temos a nossa versão contemporânea, por assim dizer, de tentar nomear o inominável, e genocídio é uma palavra que tem servido e extermínio é uma palavra que precisamos voltar e conceituar para veicula-la.

No *Margens Clínicas* participei um tempo dessa experiência da escuta do grupo e isso para mim, foi um grande aprendizado, uma grande novidade. Preciso confessar que até antes dessa experiência, eu nunca botei muita fé, por assim dizer, em psicanálise de grupo, tinha uma espécie de preconceito, um pouco de arrogância juve-

1 <http://www.saraiva.com.br/um-mapa-da-ideologia-394436.html>

nil. Para a minha grata surpresa nesse momento percebo que é possível escutar um grupo, principalmente sob o ponto de vista teórico. Voltei aos textos clássicos do Pichon Rivière, e consultei uma autora que pra mim foi bastante importante, chamada Graciela Jasiner. Esta autora escreveu um livro chamado “*Coordenando Grupos*”², que para mim cumpriu uma função importante traduzindo o *klainês* argentino datado do Pichon para uma linguagem lacaniana. Essa tradução para mim foi importante, do ponto de vista da escuta e mais do que isso, o que para mim foi bastante significativo foi a possibilidade de perceber como era fundamental naqueles grupos que esse luto, que essa experiência de luto, pela qual passavam essas mães, pela qual passavam esses familiares pudesse se coletivizar e se transformar em luta política. Para ilustrar vou apresentar uma vinheta clínica, uma vinheta muito rápida que na verdade, não aconteceu comigo, mas com um colega nosso. Enquanto estava escutando um grupo, chega uma mãe que há três meses havia perdido o seu filho numa situação típica: um policial passou de moto, olhou, viu um jovem que ele considerou suspeito, essa categoria bisonha, negro, periférico, atirou, matou. Nesse dia essa mãe chega até o grupo terapêutico e diz: “*Hoje eu vim aqui ao grupo para dizer que eu vou me matar. Na verdade, eu vou fazer o seguinte, antes de me matar, eu vou matar o sujeito que matou o meu filho*”. Talvez seja dizer o óbvio, mas é com alguma dificuldade que os familiares conseguem descobrir quem foram os policiais que mataram o filho, por uma série de motivos, desde geográficos até a questão de classe social. Continuando essa pessoa fala o seguinte: “*Antes de me matar eu vou matar o sujeito que matou o meu filho e vou fazer o seguinte, eu vou até a delegacia, vou chamar o fulano, vou levantar uma arma e vou atirar nele e em seguida, eu me mato, vou dar um tiro na têmpora, porque dei uma pesquisada na internet e percebi que dar um tiro na têmpora se for bem aplicado, é menos doloroso e isso tá certo, vou fazer mais ou menos no dia tal, faixa de horário mais ou menos tal*”, quer dizer, já estava tudo muito

2 <http://www.saraiva.com.br/um-mapa-da-ideologia-394436.html>

bem programado para que viesse a acontecer. O grupo vira para ela e fala: “*Não faça isso*”, e aí, eu quero dar a primeira sublinhada por assim dizer, de caráter mais psicanalítico, pois essa fala não é uma estratégia de adaptação no sentido mais criticável do termo, como se fosse o analista do grupo que fala, mas é uma pessoa, um membro do próprio grupo que fala. O argumento que se segue é impressionante. A pessoa fala: “*Não faça isso, você tá sendo individualista se você fizer isso, lembre-se de que nossa causa aqui nesse grupo é pela desmilitarização da policia, pelo fim do extermínio dos nossos filhos, dos filhos de outras tantas mães, que podem morrer a qualquer hora na periferia, a gente quer justiça, a gente quer uma outra policia e se você tratar do assassinato do seu filho de maneira individual, a gente perde força política*”, Imaginem uma mãe que acaba de perder o seu filho numa situação muito delicada, muito frágil de um luto latente tendo que escutar e ser chamada de individualista. Ela se levanta e fala: “*Eu não estou dando conta disso, eu não quero... pra mim tá difícil demais, dá licença, eu vou embora*”, ela se levanta e na medida em que ela se levanta, uma pessoa do grupo se levanta. Vai até ela e a abraça, e nesse momento em que ela a abraça, outras pessoas do grupo se levantam e vão em torno desse abraço e conseguem partilhar essa experiência de luto, dizendo: “*Estamos juntas, todas nós passamos pela mesma experiência que você está passando de ter perdido o seu filho*”. É preciso coletivizar esse luto e é a partir dessa coletivização, que ele pode vir a se transformar em luta política.

Espero que essa vinheta possa ilustrar a potência do coletivo, que o próprio dispositivo grupal pode criar, lá onde ele se torna medida clínica de si mesmo, lá onde ele escuta a si próprio, sem reparar, mas mantendo o caráter trágico da experiência do luto, para transformá-lo em luta política.

Anteriormente fiz uma pontuação a respeito da denominação do genocídio, e agora também quero fazer uma pontuação a respeito da noção de reparação. Existe um uso psicanalítico do termo, tradicionalmente estabelecido, especialmente por Melanie Klein, e o uso da noção de reparação pela justiça de transição. A meu ver surge um impasse diante do qual não nos acovardamos: como reparar o irreparável? Lembro especificamente de uma psicanalista, iugoslava, radicalizada na França há muitos anos, chamada Radmila Zygouris que faz uma constatação incrível para a gente pensar do ponto de vista clínico. A autora comenta que não há palavra capaz de designar uma

mãe que perde o seu filho, ou seja, detecta um dado cultural linguístico que é uma mãe que perde o seu filho não dispor de uma palavra a partir da qual ela possa relatar, testemunhar o seu sofrimento e partilha-lo. Existe um buraco, um verdadeiro buraco linguístico no que diz respeito a possibilidade de estabelecer um reconhecimento imediato, por meio da linguagem, estabelecer um laço com o outro. Se você tem uma palavra capaz de designar uma posição subjetiva, uma posição na linguagem, de um filho que perde a sua mãe, a palavra é órfã ou órfão, não há nenhuma palavra em nenhuma cultura, em nenhuma língua do mundo capaz de designar uma mãe que perde o seu filho, Dada a antinaturalidade, o caráter inesperado, o caráter trágico, o caráter surpreendente desse tipo de experiência, a linguagem não pode dar conta desse tipo de fenômeno. Então, a gente acaba se havendo com essa posição radical do inominável, dessa posição extrema da impossibilidade de poder falar sobre esse sofrimento que não tem um significante de onde partir. Estamos nos havendo, afinal de contas, com essa pergunta que vou deixar em aberto que é como falar em reparação, que é um dos nossos grandes desafios clínicos em nosso trabalho no *Margens Clínicas*. É dessa maneira que a gente está tentando bordejar a nossa clínica, bordejar o real para conseguir dizer aquilo que não é possível ser dito.

Outro paradoxo que eu quero apresentar para vocês, é como exigir que o Estado promova algum tipo de reparação pelos crimes que ele mesmo veicula. Um ponto bastante delicado no interior desse paradoxo é a relação entre a psicanálise e o estado, que funciona enquanto uma *não-relação*. Acho que todos vocês sabem que não há uma regulamentação do estado para a profissão de psicanalista, é preciso ser psicólogo ou médico. Isso sempre interessou a psicanálise na medida em que foi mais interessante que o estado não metesse o bedelho onde ele não foi chamado. Mas aí temos uma dificuldade suplementar, que é a transposição da nossa escuta como uma política pública de saúde mental. Então, que tipo de relação, estamos tentando ter com o estado, essa figura que a psicanálise nunca fez muita questão de ter como amigo, como parceiro, diria muito menos como regulador ou legislador, para tentar tornar essa clínica que a gente desenvolve em mais uma política pública. Elisabeth Roudinesco em seu livro “*O Paciente, o Terapeuta e o Estado*”, fala que isso vira uma verdadeira caça ao charlatanismo, Queremos sublinhar esse caráter público da nossa proposta. É uma clínica que

deve necessariamente, ser pública, que não pode ser restrita a uma esfera privada, justamente, porque como nos ensina a cena clínica, trata de sofrimentos que têm um resultado direto na vida individual, mas que diz enferma numa situação social, sob uma situação política que é a violência do estado. Então, o nosso desafio é produzir essa transformação de como traduzir o sofrimento individual que escutamos para que ele informe sobre a situação social da violência e extermínio da população negra e indo além, como traduzir essa experiência em proposições de projetos de políticas públicas em saúde mental. Estamos nos havendo com essa pergunta, porque partimos já do pressuposto de que a roda clínica é por si só política, e mesmo quando ela acontece numa ambiência privada, ela tem um destino público, ela se orienta para o social, ela se orienta para a política. Então, queria trazer aqui uma citação dos nossos parceiros Jorde Broide e Emilia Broi-

de, nossos parceiros de *Margens Clínicas* em que eles dizem: “As breves narrativas ao serem retiradas da invisibilidade do silêncio são capazes de incitar a reflexão acerca das razões do seu sufocamento”. São os Amarildos, os DGs, são os casos que perguntam insistentemente: ‘Por que o senhor atirou em mim?’, que acontecem todos os dias nas periferias que promovem essas narrativas. O Foucault, em um de seus textos, chamado “A vida dos Homens Infames” diz que essas narrativas são as que nos revelam mais radicalmente como se dá o choque com o poder lá onde elas emergem. Então, para fechar a ideia, se do ponto de vista político, nós temos que lutar pela garantia e pela constatação de quantos são esses mortos, acho que o trabalho clínico, a psicanálise deve informar *quem são*, trazer essas narrativas a tona, porque se nós não soubermos quem são, ou *quantos* são, pode se perder numa espécie de estatística inerte ou estatística sem uso clínico.

JORNALISTA E PÓS GRADUADO EM MÍDIA, FORMAÇÃO E CULTURA PELO CELACC – ECA – USP, MEMBRO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO CIRCULO PALMARINO, CORRENTE DO MOVIMENTO NEGRO E PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO MANOEL QUIRINO.

Como foi anunciado aqui, faço parte do Circulo Palmarino, uma entidade nacional do Movimento Negro e que nos últimos oito anos vem tentando construir um debate político, uma leitura a partir da conjuntura de quais são os desafios que estão colocados para o enfrentamento do racismo e quais são as características desse racismo que, na nossa concepção, é estrutural da sociedade brasileira e vem construindo varias engenharias. Se por um lado, o debate do racismo não estava necessariamente colocado no processo escravocrata, foi justamente a acumulação de riqueza que se construiu nesse período e o projeto de nação que se construiu no pós-abolição é a engenharia que produziu o verdadeiro abismo econômico, social e cultural entre negros e não negros na sociedade brasileira. Essa engenharia vai sendo moldada ao longo dos tempos até chegar aos dias de hoje produzindo, mantendo, apesar de algumas inflexões algumas mudanças no caminho, uma profunda desigualdade entre negros e não negros na sociedade brasileira e que se materializa na nossa concepção de diversas formas.

Como já mencionado em mesa anterior nesse processo de redemocratização do Brasil tivemos acesso a um documento da Escola Superior de Guerra Na década de 90, a Escola Superior de Guerra trouxe uma discussão sobre quais eram os desafios para o desenvolvimento do país nos próximos 20 anos e eles encontravam dois elementos centrais que poderiam impedir o processo de desenvolvimento do Brasil, um eram os cinturões de miséria, frito daquele modelo neoliberal, de desemprego estrutural, de redução das políticas de estado e o outro elemento era, que também é fruto desse modelo, que é a questão dos menores abandonados e que esse contingente poderia ser superior aos aparatos repressores e que era necessário sistematicamente combater esse segmento. E não é a toa que é justamente nesse período, que a Rota atuou de forma mais ativa no estado de São Paulo, nesse período de transição entre o final da década de 80, inicio da década de 90. E também é nesse momento que são construídas varias bases de resistência, inclusive da juventude periférica, através da cultura, principalmente da cultura *hip hop*, como um elemento de contestação e de construção de um novo pa-

radigma e, acima de tudo, de denuncia daquele processo. Então, também não é a toa que é nesse momento que a Rota é mais ativa, mas também é nesse momento que o movimento *hip hop* surge com maior intensidade, e eu costumo dizer que se alguém quer entender um pouco o que foi a década de 90 no nosso Brasil, ter um raio x do Brasil na década de 90, basta ouvir “Raio X do Brasil”, do Racionais MC’s. Mas temos uma inflexão também, que aconteceu nos últimos 12 anos, e é inegável que houve mudanças mas que produziram uma dinâmica que também reflete e, de certa maneira, mantém essa profunda desigualdade. É importante dizer que foi nesses últimos 12 anos que mais se avançou na regulação e na ampliação de espaços institucionais para se debater a questão das políticas ditas de promoção da igualdade racial, fruto obviamente de toda uma pressão do movimento popular e daquilo que se acumulou nos últimos anos. A primeira lei que o Lula assinou foi a Lei 10.639, que institui a obrigatoriedade do ensino da historia e da cultura africana, afro-brasileira em todas as esferas de ensino. Logo em seguida, a formação da CPIR, o próprio Estatuto de Igualdade Racial, as três conferencias da igualdade racial. Inclusive na ultima conferencia, a Presidente Dilma afirmou que reconhecia a existência do racismo, que o extermínio da juventude negra era um dos principais sintomas desse processo e a única coisa que ela apresentou de fato, de novidade foi os 20% de cotas no serviço publico. Mas vivemos uma contradição. Acabou de sair uma preliminar do mapa da violência que aponta que só em 2012, 56 mil pessoas foram assassinadas em nosso país sendo ampla maioria jovens entre 15 e 29 anos, e em torno de quase 70% jovens negros.

A contradição é que enquanto se avança do ponto de vista da representação e de marcos regulatórios institucionais, permanece um processo de desigualdade e um processo sistemático de extermínio, que, para nós, gera um genocídio. Isso não é algo factual, não é algo momentâneo, mas algo que vem se estruturando ao longo dos séculos e que se materializa numa política sistêmica que coloca essa população numa condição de vulnerabilidade e de exclusão social. Para conseguirmos ter uma percepção do porque

dessa contradição, é preciso pensar a conjuntura em que estamos colocados, em que se tem uma inflexão de um lado, do ponto de vista de garantia de marcos regulatórios, mas por outro lado, se mantém a estrutura de privilégios no país, principalmente através da manutenção de uma política econômica que continua beneficiando o capital especulativo, com fortalecimento do agronegócio como a grande alavanca da balança comercial e o processo de expansão do consumo. A garantia de uma tentativa da ascensão social para a população, e dá muito simplesmente pela expansão do mercado de consumo, através do crédito e não, de fato, de uma grande distribuição de renda e garantia de direitos sociais. E isso começa a provocar um conjunto de contradições em que a própria estabilidade é colocada em cheque, como por exemplo o que nós vimos acontecer com o debate sobre o transporte público, a mobilidade urbana em junho do ano passado. E além disso, há um projeto de expansão desse capitalismo, através dos grandes centros urbanos, essa política de trazer os grandes eventos para o país, uma política de expansão das fronteiras do capitalismo que produz uma combinação que eu diria ser quase uma bomba relógio. Então, você amplia o crédito, mas não amplia a distribuição de renda, você cria uma expectativa na população de melhoria de qualidade de vida, mas que esbarra na realidade concreta. A pessoa começa a ganhar um pouquinho mais, começa a ter um crédito três vezes maior daquilo que ela ganha, começa a ganhar uma expectativa de vida: “já que a saúde é uma porcaria, então, eu vou ter um planinho de saúde, já que a educação é uma porcaria, eu vou pôr meu filhinho numa escolinha particular”, Vai se formando uma grande bolha de expectativas que não correspondem a uma estrutura urbana, de mobilidade, de condições de cidadania e começam a criar contradições que não conseguem dar respostas. E quem está a margem desse processo de uma possível inclusão, ou de uma possível ascensão social, que está nas pontas desse processo, sofre duas vezes com esse projeto de desenvolvimento, porque é o primeiro a ser impactado por essa expansão do capitalismo nos grandes centros, com essa política de especulação imobiliária, com esse projeto de remoções de comunidades para poder abrigar os grandes eventos, com a política de encarceramento da nossa juventude e também, com a política de guerra às drogas, que é um dos principais motores que intensifica o processo de criminalização e de militarização dos territórios considerados vul-

neráveis, que produz um aumento sistemático da violência. Por isso que na nossa leitura é algo estruturante e que por isso não é algo factual, não é algo que se resolve formando melhores profissionais da segurança pública, não é um problema de formação. É um problema que é inerente ao próprio funcionamento desse modelo, desse projeto de desenvolvimento, esse projeto de extermínio e de genocídio da nossa juventude. Não adianta garantir marcos regulatórios, sem que haja, de fato, mudanças estruturais, mudanças de paradigmas nas relações políticas e, nesse sentido, tem uma agenda política que vem sendo construída no último período em torno disso, como o fim dos atos de resistência, com mecanismos que foram construídos a partir da ditadura militar, como formas de controle social e de criminalização dos movimentos, mas principalmente, das populações em maior vulnerabilidade, das periferias... Tem sido uma agenda importante, a questão do fim dos atos de resistência como um mecanismo de legitimação e institucionalização do direito de matar nas periferias. O debate da desmilitarização da polícia é também um elemento fundamental. Não que a gente possa ter a ilusão de que uma polícia civil possa ser menos assassina, mas eu acho que é preciso dar passos importantes no sentido da desmilitarização, porque uma estrutura militar serve para o combate ao inimigo e a partir do momento que você tem uma estrutura, em que o cara chegar com a farda amarrotada é mais punitivo do que ele matar uma pessoa, algo de errado e de esquizofrênico tem nessa estrutura de relação com a segurança pública e com o papel que a polícia poderia ter. Então, de fato, o debate da desmilitarização não é menor nesse sentido, mas nos coloca o desafio de pensar qual o modelo de polícia que nós queremos e que modelo de segurança pública é importante nesse sentido.

Acho que um outro sintoma importante desse momento e que escancara as contradições para além das ditas jornadas de junho, é um outro fenômeno que traduz muito esse momento que nós estamos vivendo e que eu considero como um momento pedagógico para o debate do racismo no Brasil, que foi a questão do rolezinho. O rolezinho foi um fenômeno social importantíssimo, porque de certa maneira, ele traz a tona esse debate que estamos fazendo. Quando você propõe para essa juventude que para ser reconhecido na sociedade, você precisa necessariamente ter e poder consumir, essa a ideia que se constrói cotidianamente, que para ser reconhecido, ser aceito é vestir determinada roupa, é vestir determinada

marca. Isso, inclusive, é um elemento não só de identidade, mas também, condição para ser aceito em determinados espaços. E quando essa juventude resolve fazer isso de forma organizada ou espontânea e isso ganha dimensões e começa a ameaçar, de alguma forma, os interesses daqueles que estão encastelados nos seus espaços de poder, se escancara o papel do estado de conter essa população. Tem dois fatos que mostram isso e para mim está diretamente imbricado com o debate do genocídio. O Judiciário foi o primeiro a garantir aos donos dos *shopping centers*, o direito de impedir os rolezinhos e a forma encontrada foi selecionar quem podia ou não podia entrar nos *shopping centers*. Acho que esse mecanismo por si só, essa institucionalização de definir quem era ou não era rolezeiro, quem ia ou não ia, já escancara de certa maneira, essa seletividade e esse processo de discriminação e do quanto o racismo é latente na nossa sociedade. E por outro lado, as próprias autoridades do Executivo, trouxeram o problema para si, dizendo: “Olha, de fato, o rolezinho não pode acontecer no *shopping*, nós vamos resolver isso garantindo mais espaços de lazer na periferia”, como se isso por si só conseguisse dar respostas a essa política. Está imbricado nisso, o processo de criminalização dos bailes *funks* na periferia. Considero que, guardadas as devidas proporções, é o mesmo processo que levou à criminalização do e lá atrás da Umbanda,

do Candomblé, da capoeira, do samba, etc.... Há um processo também de criminalização do *funk* que (sem ignorar um conflito geracional, a questão da perturbação e uma série de outros elementos que são colocados), é de certa maneira, um espaço que essa juventude tem encontrado para dar vazão a essas angustias que são colocadas no centro desse turbilhão político e socioeconômico que estamos vivendo. A criminalização desses espaços também fortalece esse projeto de extermínio e de genocídio da nossa juventude. Na verdade, a ideia foi trazer alguns elementos da conjuntura que estão colocados, algumas coisas que nos fazem refletir sobre esse momento tão importante, tão contraditório e ao mesmo tempo, efervescente. O sentimento que tenho é que há uma efervescência, há uma vontade, uma insatisfação colocada no seio da sociedade, mas que isso não necessariamente vai se canalizar para mudanças mais avançadas e progressistas. Poderá ir também, por um caminho conservador. A forma como o Estado, como a estrutura do Estado, na sua máxima complexidade reage a isso é da forma mais violenta e repressora possível, e é por isso que nós precisamos a todo momento nos levantar contra esse processo de criminalização da pobreza, militarização dos territórios, criminalização dos movimentos sociais, porque são formas de tentar impedir que se construa formas alternativas ao que está posto aí na sociedade.

Pessoa da plateia

Minha pergunta é de ordem clínica. Pelo que entendi o significante genocídio chama atenção mas deixa à margem o significante negro. Nós estamos falando de uma especificidade, não é qualquer genocídio, estamos falando de genocídio de uma população específica. Eu percebo o quanto que essas especificidade pouco aparecem na nossa prática, o quanto que a gente sabe que ela existe, mas o quanto ela não se faz presente no nosso discurso. A psicanálise nega as questões raciais historicamente e eu falo “nega” porque ela não dá luz e valor como dá para outras questões.. Fico pensando que não é à toa que fica de lado, porque também, a escuta para essa dor, ela também é específica e a psicanálise, ela vem de uma formação como a Psicologia que além de não validar, colaborou para o racismo. Me parece que o termo negro ficou à margem na fala de vocês, não sei se é um mecanismo inconsciente ou não, mas fica à margem. Isso me preocupa, isso também apareceu na minha clínica e a gente não cuida da população que tá morrendo. A gente não cuida com a qualidade que essa escuta tem que ter, quando a gente leva em consideração diversos aspectos da dor, mas a questão racial não chama tanto atenção. Acho que Catarina falou uma coisa importante, aquilo que não foi significado, simbolizado pelo sujeito retoma como sintoma. Vocês não significaram, não simbolizaram o termo negro e ele retoma como sintoma, na minha fala.

Pessoa da plateia

Quero dizer que é um mito que a Psicologia nunca fez essa discussão de questão racial ou que ela é recente. Na história da Psicologia no Brasil, essa questão sempre foi colocada, agora, como ela foi ela também foi com todos os problemas que a gente pode apontar ou não, em vários momentos, ela foi um suporte analítico importante para entender dimensões raciais, cito (incompreendido), Neusa Souza Santos, que inclusive é laciana. Então, como é que esses autores, subsidiam ou não o trabalho de vocês, porque me pareceu também ausente na fala de vocês essa discussão desses autores que fizeram essa discussão. E aí, acho que quando a gente pensa na nossa atuação nos espaços públicos e aí, vou falar da minha experiência na saúde pública, a gente tem algumas outras mediações que nos subsidiam nos nossos trabalhos e nesse sentido, e constatamos a impor-

tância da cultura. A cultura na diáspora foi fundamental para a nossa reestruturação enquanto sujeito, só foi possível diante de um processo de extrema desumanização responder com a humanidade se processa a partir do elemento cultural de matriz africana. Então, conversar um pouco mais sobre essa dimensão da cultura e resistência e também, quando você cita essa dimensão mais da conjuntura histórica política que a gente tá vivendo atualmente, lembrar aquela nossa... e aí, pensando também aquelas nossas ações enquanto Movimento Negro, o comitê contra o genocídio, e outras atuações que a gente teve, quando a gente ocupou o *Shopping Higienópolis* foi uma ação que marcou bastante o período de lutas, acho que é bom lembrar essas situações para a gente ver como é que a gente tem agido, né?

Pessoa da plateia

Nós somos psicanalistas teoricamente falando, epistemologicamente falando, mas nós somos psicólogos e o Conselho de Psicologia é uma instância pública que regulamenta o exercício profissional em defesa da sociedade. Então, temos sim, um Estado cuidando do cuidado. Gostaria de apontar que não é só genocídio, é inclusive um epistemicídio. Concordo que a psicologia sempre é política, ela sempre é atravessada pela ideologia. A questão é qual e não são todas e muito menos, as nossas e muito menos dos indígenas, muito menos da América Latina. Existe uma identidade, existe uma ideologia e existe uma postura política e esse é o problema, porque isso é visto como se não houvesse, como se a Psicologia fosse neutra e santa. Então, uma Psicologia que é eurocêntrica, heteronormativa, branca, masculina é uma Psicologia que está politizada a serviço de um grupo social, então é por isso que a Psicologia produz teoria e técnica para determinada faixa da população. Concordo que a Psicologia clínica sempre tem uma interferência indireta na sociedade, mas acho que a gente está muito pouco preparado para fazer isso de modo mais comprometido, consciente. Quando a gente atende um indivíduo, a gente sabe que ao atender esse indivíduo, ele muda sua família, mas é pouco pra mim, acho que a gente tem que saber quais são os quadros de vulnerabilidade individual, social e programática, de preferência, intervir nos três. Para mim, pessoalmente, foi pouco ficar na clínica, mesmo que seja uma clínica em

grupo ou em ambiente público, que não esteja atenta, pelo menos, no diagnóstico, para investigar o pertencimento racial, o pertencimento de classe, a conjuntura de classe. Acho que a gente ainda precisa desenvolver teorias técnicas para chegar a práticas mais condizentes com a demanda social e nisso a gente está falhando bastante.

Pessoa da plateia

Queria saber quantos no *Margens Clínicas* são negros e queria saber também, se é possível dar uma ideia percentual de quantos brancos vocês atendem por grupo. E por fim, eu queria saber se nesse grupo de dez psicanalistas essa emoção do racismo já aflorou e como é que vocês lidaram com isso.

Moacyr Miniussi Bertolino Neto, conselheiro do CRP SP

Queria pontuar algumas coisas, principalmente quanto a saúde mental da população. Atualmente, no Brasil, vem sendo implantado, ainda não de maneira satisfatória, mas vem sendo implantada a rede de atenção psicossocial que foi pensada de maneira multidisciplinar por diversos teóricos, desde terapeutas ocupacionais, médicos, psicólogos - em grande parte, psicanalistas mas também de outras linhas. A psicologia e a medicina, durante muito tempo, foram utilizadas como mecanismos para fazer com que a pessoa aceite ser sujeito de violência. A psicologia e diversas áreas da saúde vêm tentando se modificar para que isso não mais ocorra e uma das maneiras é atenção psicossocial, que propõe uma atenção multidisciplinar, com respeito a todas as linhas. Penso que não é necessariamente, a psicanálise que tem que se tornar uma política pública, mas que o cuidado em saúde e saúde mental tem que ser uma política pública multidisciplinar, com diversas linhas, em que todas essas linhas têm que respeitar principalmente, a cultura do sujeito. Respeitando a cultura e as suas matrizes, você vai estar olhando para um sujeito e não para os seus sintomas e não para uma doença. É uma proposta e é um cuidado na atenção psicossocial que nós olhemos para o sujeito com toda a sua composição: desde as suas matrizes religiosas, desde a sua comunidade, a sua família, e a questão étnico racial. O aspecto cultural e o cuidado da diversidade, das diferentes composições familiares e comunitárias é uma preocupação muito grande, que também faz a frente com a internação compulsória que é outra forma de segregação, exclusão. A maior

parte da população que está sendo internada compulsoriamente é de pobres e negros. A pessoa branquinha rica não vai ser internada compulsoriamente. E queria levantar uma outra preocupação que é sobre a regulamentação, Temos o Conselho Regional de Psicologia, de Medicina e outros conselhos que zelam pelo bom exercício profissional, e assim como outras linhas e outras práticas, a psicanálise é exercida por diversas profissões, seja da saúde ou não e uma preocupação é que quando você regulamenta e você supostamente cria um conselho de psicanálise, você limita a sua utilização. Assim como o Conselho Regional de Psicologia foi contra o ato médico, também não quer que existam outros atos, queremos que o psicanalista, psicólogo ou médico ou um filósofo vá buscar aquilo que mais lhe convém e buscar o melhor cuidado que respeite todas as religiões, culturas e a étnico racial também.

Rafael Alves Lima

Muitas perguntas, certamente não vai dar para discutir tudo, então, vou tentar fazer uma bricolagem. Estou de acordo que existe uma cegueira psicanalítica em relação as questões raciais. A questão racial sempre esteve numa espécie de ponto cego da psicanálise, a não ser em experiências mais recentes, como por exemplo, a teoria do Franz Fanon e toda teoria pós colonialista que se desenvolve muito bem na Inglaterra, mas da qual ainda somos muito carentes no Brasil. Se o colega comentou que tinha um sonho de ter a questão da raça incluída nos nossos programas de graduação em psicologia, eu como professor, diria que eu tenho um sonho que eu gostaria que parte dessas cadeiras fossem ocupadas por teóricos pós colonialistas, pessoas que estudam os autores que o receberam na Inglaterra, o próprio (incompreendido) também, desde antes disso, desde antes a discussão entra pela porta da frente pelo (incompreendido), psicanalista da colonização. E pegando a esteira aqui da questão da colonização, acho que fica sim, o desafio e esse é um desafio para o *Margens*, a gente já está se havendo com essa questão, que somos herdeiros do pensamento colonizador, por assim dizer, né, a psicanálise sendo eurocêntrica e tendo também, esse traço inegável de ser uma formação cara, ter tons de burguesia, o nosso grande desafio é realizar isso que algum participante chamou de epistemicídio, alguns epistemicídio vão precisar ser feitos, para que nós possamos nos haver com essa questão que não pôde aparecer nem na In-

glaterra, nem na França, nem nos Estados Unidos. Vamos lembrar que o Fanon é um autor sul-africano, então não é por acaso que a experiência histórica do *apartheid* o inspira a pensar num livro, por exemplo como “*Pele Negra, Máscaras Brancas*”. Temos aí esse desafio, de fato, não queremos continuar veiculando essa negação sistemática das questões raciais, mas acho que talvez, o primeiro passo seja cometer esse epistemicídio, não generalizado, claro, pois a psicanálise é o que orienta a nossa escuta, é o que orienta o nosso trabalho, mas precisamos focar nesses pontos cegos que a teoria tantas vezes, veiculou, que chegou até nós e as coisas aqui são muito diferentes. Temos membros no grupo que estudam as epistemologias do Sul, lembro principalmente de um amigo que chama Anaturriani, que faz uma pesquisa sobre a Guatemala, estuda os autores que pensam para além dessa nossa razão colonizada, universitária, nossa formação mais básica que temos em psicologia e esperamos que esse tipo de estratégia da razão possa nos inspirar a resolver esse problema. Acho que não por acaso, no nosso discurso a questão da negritude aparece como não dito, aparece quase como um sintoma e eu diria que estamos atentos, digamos assim, a esse sintoma. Mas se nós quisermos desmontá-lo nós temos que ir às bases da organização dos nossos modos de pensar, da nossa organização da razão. Então, autores como Frantz Fanon e descendentes mais imediatos vão ser muito bem vindos sim, no nosso trabalho do *Margens Clínicas*.

Em relação a questão do genocídio, isso é algo que eu pensei, isso é uma hipótese muito rasa nesse momento – mas tenho um pouco a impressão de que se não prestarmos atenção, podemos usar inclusive a palavra genocídio dentro de uma razão colonizada, europeia. Afinal de contas, ela vem para significar e nomear o holocausto. Não tenho nada contra o uso dela, acho que ela pode continuar sendo veiculada, desde que prestemos atenção que ela vem deste lugar, ela vem com este tom europeu. Sempre temos uma aposta na dimensão da linguagem, na possibilidade de podermos significar os acontecimentos clínicos, sociais e políticos por consequência, através de um uso criativo da linguagem. Se nós começarmos a chamar sempre fenômenos diferentes pela mesma palavra, corremos o risco de sobrepormos históricos diferentes, culturas diferentes, educações diferentes e por aí vai. Acho que se o desafio é reorganizar os nossos modos de pensar e reorganizar a nossa razão, precisamos ir à questão lá onde ela acontece.

Catarina Pedroso

Em primeiro lugar, eu reforço o que o Rafael disse em relação a uma resistência em nomear, em falar a palavra negro. Embora esse seja um esforço nosso em problematizar, em se racializar também, em nos olharmos como brancos. Acho que é uma questão inclusive que precisamos aprofundar no grupo de que se trata essa clínica atravessada e sustentada por uma discussão racial. E também respondendo a uma pergunta feita, no nosso grupo, não temos negros a não ser um rapaz que é recém chegado, que não é psicólogo, é sociólogo ele é de movimento negro. Entre os psicólogos não há nenhum negro e isso é um grande problema para a gente, não só porque é uma questão para a gente pensar, mas como interfere na nossa atuação. Como que a gente pode, como brancos atender essa população? Sempre encontramos uma resistência, porque os atendimentos que a gente faz são na periferia, são na quebrada e a gente tem sempre um olhar de: ‘bom, vocês são psicólogos brancos vindo aqui, quem são vocês?’. Acho que tem toda uma questão que a gente enfrenta também e que a gente tem que incorporar. Por fim, comentando as questões colocadas, acho que a gente não pretendeu aqui, falar da psicanálise se tornando uma política pública, não se trata exatamente disso. Mas a gente acha que a psicanálise, através do nosso trabalho, tem algo a contribuir, inclusive com a rede de atenção psicossocial, e eu acho que vale a pena dizer uma coisa que a gente não disse antes que é do caráter excepcional de uma política reparatória. A gente insiste que deve ser vinculada a rede pública, deve ser uma política pública, mas ela precisa manter o seu caráter excepcional, senão ela perde o caráter reparatório. O atendimento psicológico como uma forma de reparação pelos crimes cometidos pelo Estado, a gente acha que isso deve ser sim, uma política do Estado, porque aí, ele assume o caráter reparatório, extremamente articulado a toda rede, mas ainda com essa especificidade de um recorte populacional. Bom, eu acho que é isso, agradeço imensamente o CRP pelo convite, é um grande prazer poder debater tudo isso aqui.

Joselicio Junior

Quase não fui provocado, né, então... acho que começar pelos agradecimentos, para não correr o risco de no final, sair correndo, né? Então, agradecer mais uma vez pelo convite, parabenizar mais uma vez, me sinto muito feliz, muito feliz mesmo de poder partilhar esse momento com

vocês aqui. Bom, basicamente, o Marcinho levantou uma bola aí pra eu dar uma petecada e fazer um jabazinho, né? Mas eu acho que esse debate que ele traz da questão cultural, eu acho que ela é central, né, porque muito na esquerda, a gente fala muito das relações econômicas, sociais e estabelece isso como um elemento que condiciona, né, as desigualdades, mas às vezes, a gente esquece da dimensão cultural como um motor da construção ideológica e da produção da hegemonia, né? E quanto isso foi um mecanismo importantíssimo para as comunidades africanas e afro-brasileiras, como expressão não só de identidade, mas de resistência e de manutenção da sua origem e da perpetuação da sua relação em comunidades, então, desde as próprias comunidades tradicionais de terreiro, as religiões de matriz africana, expressões como... a congada que dialoga com o sincretismo religioso, outras expressões o congo, o jongo, varias expressões culturais que têm uma importância significativa, né, o jongo, por exemplo, era o espaço que os negros tinham para falar bem do seus senhores ali, através dos batuques, através da brincadeira, do jogo, né, então isso sempre foi algo importantíssimo para a nossa construção social de resistência, né? Seja o próprio samba, a própria capoeira, como eu disse recentemente, a cultura *hip hop*, né, e eu acredito que nesse momento, também isso se faz muito presente. Se você pensar aí o que é hoje, esse circuito cultural que vem sendo construído e produzido na periferia, até retomando aí, por exemplo, a polemica do macaco, que eu fiz até um texto sobre isso, desse processo de ressignificação das coisas, né, esse processo dessa reconstrução desse circuito cultural periférico, sobretudo produzir uma ressignificação, uma ressignificação do termo periferia, então, daquilo que é dito: “Aqueles que estão lá, marginalizados”, para transformar isso numa identidade como uma forma de se colocar a partir do seu lugar, né, na sociedade como o próprio Sarau, né, como algo, aquilo que até o Adorno coloca, de se apropriar da cultura popular e transforma-la numa grande indústria, essa coisa toda, a cultura periférica, ela inverteu essa lógica, ela se apropriou de uma pseudo expressão cultural da elite, que é o Sarau, algo privado, dos pequenos e seletos grupos da elite e a transformou algo como cultura popular e como algo acessível que acontece no bar, que acontece numa associação e etc., né, então, esse processo de ressignificação, de construção de identidade, de produção de elementos é algo muito interessante e de certa maneira, nós do Circulo Palmari-

no, nos utilizamos muito dessa estratégia, né, entendemos que a cultura, ela não é uma perfumaria ou algo... ou adereço a nossa ação política, ela por si só, a ação cultural por si só, ela é um elemento transformador, um elemento de construção, de transformação e etc. Então, eu acho que até a Bete pode falar um pouco mais sobre isso na Mesa seguinte, que ela tem estudado bastante sobre isso. Então, eu acho que a cultura, ela é um elemento fundamental, né, assim como eu acho que nós temos que avançar no debate e eu tenho muito feito esse debate com os nossos amigos do *hip hop* para entender essa questão do *funk*, eu acho que também, é um erro esse processo de criminalização do *funk* não só pelos aparatos das pessoas, mas também, por parte da esquerda, por parte dos movimentos sociais organizados, né, que não reconhecem como também uma expressão carregado de contradições e de elementos importantes e que aquilo também é nossa cultura, aquilo também faz parte da nossa tradição, né, inclusive a sua batida nada mais é do que um maculelê ritmado eletrônico, né, então, tá imbricado na nossa cultura, não tem como fugir disso e além de todos os seus elementos sociais que também precisam ser incorporados e a gente tem procurado produzir um pouco esse trabalho lá no nosso *Ponto de Cultura*, trouxe aqui alguns *folders*, né, entrando aí no jabazinho, seu Joselicio, ali, pai trouxe os folderzinhos para ajudar aí a distribuir aí para a galera, onde a gente... é um ponto de cultura e desenvolve já há seis anos, por exemplo, o Sarau Palmarino que inclusive, hoje a noite temos, quem quiser dar uma passeada, é só pegar o 124 aqui na Francisco Morato, aqui no finalzinho da Teodoro, pega o 124 e em 40 minutos, e vocês estão lá. então, o Sarau que a gente realiza todo ultimo sábado do mês e várias outras ações que vocês poderão ver aí. Com relação ao legado aí que o Marcinho coloca também das iniciativas, a gente tem tido a experiência de que diante de todo esse caldeirão político cultural dessa efervescência conjuntural que nós estamos vivendo, não é possível se pensar que sozinhos, nós, ou categorias de classe ou entidade por si só vai dar conta de conseguir dar respostas às demandas que estão colocadas e cada vez mais, a gente vem nos esforçando para produzir frentes, né, produzir espaços comuns naquilo que nos unifica, né, então mais do que pensar naquilo que nos divide, as possíveis divergências, pensar aquilo que nos unifica, né, e a partir de 2010, com a ressignificação também do 13 de maio que a gente conseguiu um 13 de maio

de luta, nós tivemos uma serie de iniciativas, como audiência pública, inclusive em 2010, quando se completou quatro anos dos crimes de maio, nós fizemos um 13 de maio de luta dedicada a questão dos crimes de maio, foi naquele momento que o professor lá do largo São Francisco, que eu não me recordo o nome agora ajudou a assinar para protocolar o pedido de federalização dos crimes de maio e aí, a partir daquilo, se desencadeou todo um processo de audiências públicas, de iniciativas que culminou na formação do Comitê contra o Genocídio da Juventude Negra, né, que teve uma serie de iniciativas além da ocupação da Secretaria de Justiça, da Secretaria de Segurança Pública, nós também, pegando um momento bem significativo aí, entre o final de 2011 e início de 2012, que tinham ocorrido alguns fatos muito interessantes assim, e escandalosos de casos de racismo, como por exemplo, aquele menino etíope, né, que foi discriminado no Nona Paolo com os pais adotados, teve o caso da Ester que foi... que era secretaria de uma escola particular e foi impedida de trabalhar com cabelo crespo, ela tinha que alisar o cabelo para ser aceita como secretaria da escola. Tinham tido os motoboys que tinham sido assassinados, enfim, tinha uma efervescência de casos exemplares de racismo na sociedade, tinha a questão do gente

diferenciada, né, Marcinho, lá da questão de ter ou não ter uma estação do metro ali na região de Higienópolis e a gente pensou nessa linha de pensar os elementos simbólicos,. De pensar essa questão da construção do imaginário, a gente pensou numa ação de impacto que foi dar um susto na burguesia, digamos assim, né, no sentido: nós existimos e temos uma pauta política para dialogar que foi a ocupação do *Shopping Higienópolis*, né, foi um momento, foi o primeiro rolezinho, né, contemporâneo e mais recentemente, a gente fez um rolezinho contra o racismo que nós fomos impedidos de entrar no *Shopping JK* e fomos fazer boletim de ocorrência, teve uma grande repercussão também, né? E foi justamente... a Lidiane falou aqui que tinha lido um texto lá do rolezinho no *blog*, né, e que terminava com uma frase que era muito significativa e essa frase foi imortalizada, digamos assim, pra gente, naquele momento e que a gente vem utilizando, inclusive, o pessoal do serviço social também vem usando largamente, acabou virando uma marca do movimento que é um trecho de um poema de um poeta aqui do interior de São Paulo, que eu não vou me lembrar o nome dele agora, mas que diz que é: “Por menos que conte a historia, não te esqueço, meu povo. Se Palmares não vive mais, faremos Palmares de novo”. Valeu. Obrigado.

Enfrentamento e resistência: cultura, identidade e negritude

37

VERIDIANA SILVA MACHADO

GRADUADA EM PSICOLOGIA PELA ESCOLA BAIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA, ESPECIALISTA EM PSICOTERAPIA JUNGUIANA, MESTRANDA EM PSICOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Fui chamada pra falar de religiosidade afro-brasileira, (seria afro-indígena, afro-ameríndia)? Não vou me centrar em nenhuma religiosidade específica, eu estou falando aqui do que se entende como religiosidade afro-brasileira, que é umbanda, candomblé, e que em outros estados tem outros nomes, como Xangô, Batuque, tambor de Mina, entre outras coisas. De modo geral, essas religiosidades foram desenvolvidas sob opressão, sob repressão e num contexto colonial escravocrata. A ideia é refletir de que maneira essas religiosidades podem contribuir para a construção desses outros subtemas, que são a cultura, identidade e negritude, colaborando com o enfrentamento e o combate ao genocídio da população negra. Essas religiosidades de que estou falando desde o período colonial escravocrata já se configuravam naquele momento como organizações religiosas vinculadas a elementos da cultura, tais como o talento musical, e aceitação de outras expressões culturais. Eram inicialmente, de um modo geral, chamadas de batuque. Depois foram também chamadas de calundus, que é uma palavra africana que quer dizer o espírito que habita o corpo do sujeito. Aqui no Brasil foi entendido como o modo carrancudo que é como fica o rosto dessa pessoa. Essa ideia que saiu da religiosidade, da espiritualidade, se popularizou, aqui em São Paulo e na Bahia também, e se usa essa palavra, calundu, para falar de mau humor. Na verdade é um mau humor porque, quando o espírito habita o corpo, aquele rosto se transforma.. Comumente se diz que a pessoa está de calundu, independente de estar com esse espírito habitado no corpo ou não, ou seja, já ultrapassou o limite da religiosidade e passou a ser parte de um conhecimento popular. Esse exemplo foi trazido para dizer que essa religiosidade não se limita só ao culto, dentro de um espaço religioso, mas é absorvida pela comunidade pela população brasileira. A psicologia deve estar atenta a como é que a população absorve isso, em que contexto esse

sujeito está, quem são essas pessoas.

Todas essas religiosidades dialogaram com o catolicismo e é daí que surgiram as irmandades negras. Apesar de ter sido um instrumento criado também para evangelizar, os africanos as subverteram a seu favor, e através dessas irmandades, começaram a cultuar as entidades que conhecemos como orixás, como inquice, como vodú. Uma das mais importantes é a Irmandade do Rosário dos Pretos, que existe na Bahia e em vários estados. Nossa Senhora do Rosário foi levada para África para evangelizar. Ficou muito famosa, caiu no gosto do povo e se tornou a Nossa Senhora dos Pretos. Existiu muita gente contra essa coisa: “Vamos afastar o catolicismo, vamos só africanizar”, mas teve uma importância muito grande, porque foi no quintal dessa igreja que começa a se discutir, se articular politicamente. Usaram isso como uma estratégia a favor da luta política libertária. De modo geral as religiosidades se expressavam junto com as expressões musicais populares, como organizações religiosas, incluindo as irmandades afro-católicas. Seria o melhor nome, porque existiam as irmandades dos brancos, e os negros eram proibidos de entrar nessas igrejas e de compartilhar os mesmos espaços, então comumente se fala da irmandade negra como a irmandade afro-católica, inclusive algumas se utilizam de elementos afros para seguir o ritual católico. Considero que todos esses movimentos, essas expressões populares, as organizações religiosas, as irmandades afro-católicas constituíram, sob uma perspectiva política e sociológica, uma das bases dos movimentos de resistência cultural e social dos africanos no Brasil. Além de passarem anos submetidos a esse regime escravocrata, após o 13 de maio foram utilizadas diversas estratégias para continuar essa subjugação, dentre elas, a desqualificação do que era uma espécie de alicerce: a religiosidade. Por exemplo, o candomblé sofreu perseguição policial até 1945, a partir daí continuou a ser per-

seguido até 1976. É quando de fato começa um movimento de enfrentamento que começou a ser paralisado

Como é que começa esse enfrentamento? Posso dar alguns exemplos como o de Mãe Aninha do Ilê Axé Opá Afonjá, que dialogou com o Presidente Getúlio Vargas, que outorgou o primeiro decreto, que proibia a perseguição policial aos candomblés, que eram invadidos e tomava-se seus atabaques, altar de santo, assentamento, tudo. Uma outra mãe de santo importante foi Mãe Simplícia do Terreiro Oxumarê, que mesmo depois do decreto, ainda quando essas perseguições continuaram, voltou a dialogar. O presidente foi à Bahia e ela, se dispôs a fazer uma recepção com aquelas iguarias baianas, e aproveitou, no cantinho, para ter uma conversa ao pé de ouvido com ele e dizer: “Olha, a perseguição continua”. O terreiro dela não era um terreiro perseguido porque, naquele período também já existiam os pesquisadores, e o terreiro onde se fazia pesquisa era um pouco mais protegido, porque eles tinham acesso à polícia, eles dialogavam. Mas o mais simples, o mais pobre, menos conhecido, a polícia tocava o pau. Estou falando de uma tradição de candomblé, da tradição Ketu, de origem Ioruba. E uma tradição também fez outro tipo de enfrentamento, não no sentido de dialogar com esses políticos, mas de enfrentamento da polícia. Estou falando da Senhora Maria Genoveva do Bonfim, Maria Neném, que fundou o Terreiro Tumbenci, de nação Angola, um dos mais antigos da Bahia, ainda em funcionamento. Ela colocou no seu terreiro essa palavra, Tumbenci, que os antigos traduzem como “Cá te espero” e dizem também os antigos que a polícia lá não foi, ficou com medo de Dona Maria Neném. Tem outro terreiro, conhecido, também da nação Angola, que é o Terreiro do Bate Folha, fundado em 1916, que tem uma história interessante. O Bate Folha fica no Bairro da Mata Escura que era uma fazenda, chamada Fazenda do Bate Folha. O líder religioso desse terreiro no período, o Senhor Bernardino, deve ter feito alguns favores espirituais a esse fazendeiro e ele doou uma parte da fazenda, parte essa que contém até hoje um pedaço enorme de mata atlântica, talvez um dos maiores terreiros do Brasil, até hoje com a preservação dessa mata. E aí conta-se que alguns policiais, ao ouvir os atabaques do Bate Folha tocando, entraram na mata a cavalo pra surpreender o terreiro e esses policiais ficaram perdidos nessa mata. A festa acabou, um dos inquices, um dos nomes que se usa e equivale ao orixá na nação Angola, disse que não ia

embora, era encosto, Ogum, que ele ia ficar ali porque ia receber umas pessoas que iam chegar. Ninguém entendeu nada, mas, se a ordem veio dele, ficaram algumas pessoas ali aguardando e aí o dia amanheceu e esses policiais chegaram. Conta-se que tinha um policial tão desesperado por ter ficado perdido na mata a noite inteira, sem entender nada, porque eles dominavam aquilo ali tudo, ainda mais a cavalo, se ajoelhou aos pés de enconce, entregou a sua arma, pedindo perdão por aquela atitude. O sujeito que me contou isso é um Ogum, um tata, tata kambundu, o responsável pelos cânticos, pelos toques, e me disse que até hoje essa arma está guardada no acervo do Terreiro Bate Folha. Outro exemplo é o próprio mito fundador da Umbanda que é um mito que vem para enfrentar o preconceito e racismo sofrido pela entidade Sete Encruzilhadas, a entidade do médium Zélio de Moraes. Essa entidade é extremamente discriminada no ritual do espiritismo e a entidade diz que a partir do dia seguinte, iria voltar em determinado horário, em determinado lugar e que iria fundar um culto que recebesse essas entidades que assim como ele eram discriminadas: os caboclos, os pretos velhos e mais as outras entidades que não eram recebidas pelo centro espírita, e iria fazer caridade, para atender as pessoas que não sabiam ler, que não sabiam escrever. Enfim esse enfrentamento está aí até hoje um dos enfrentamentos mais recentes foi noticiado pela Folha lá, o juiz federal que negou o pedido de retirar os vídeos, né, que trata, são muito agressivos com o candomblé, com a umbanda, que trata de forma pejorativa, da rede, do *Youtube*. Além de ter negado, ele disse que o candomblé e umbanda não são religiões porque não seguem o Alcorão, porque não seguem um livro, não segue um texto. Isso é uma tremenda ignorância nos dias de hoje, com tantos estudos falando que nesses povos, pelo governo federal também já são considerados povos e comunidades tradicionais, que significa dizer que nesses povos, não só candomblé e umbanda como outros, ciganos, ribeirinhos, feixo de pasto, enfim, uma série de comunidades ribeirinhas também existe um pensamento próprio, existem concepções próprias de ser, de ver, existe uma cosmologia própria.

Sob o âmbito da resistência o candomblé, a umbanda e essas religiosidades preservam diversas culturas dentro do que significa povos e comunidades tradicionais, como uma língua, como uma gastronomia. Falando dessas palavras que vieram com esses povos e que ultrapassaram o

espaço religioso, eu posso citar, mais presente na cultura brasileira, a língua banto, principalmente o quicongo e o quimbundo, estão presentes no nosso vocabulário palavras como moleque, caçula, samba, tampa, bunda, a própria expressão candomblé, que é uma expressão africana, a palavra cochilar, bengala, muxoxo, calundu, umbigo, tanga, quitanda. Nem todo mundo sabe que são palavras africanas, já que às vezes não temos outra palavra para as substituir e as utilizamos no nosso cotidiano. Estou mencionando isso para marcar a presença de uma coisa que começa dentro da religiosidade e ultrapassa esse espaço. Mas do ponto de vista da construção de uma identidade pessoal e cultural, estão aí o terreiro de candomblé e a umbanda pra dar ao sujeito uma ancoragem. Depois que você se encontra com essa cultura, depois que você se fortalece com isso, você de fato se sente preparado para muita coisa

Ontem eu fui a um evento da Secretaria Municipal de Promoção de Igualdade Racial, aqui em São Paulo, e encontrei um senhor que me contou sua história. Quando moço ele passou por situações de vulnerabilidade, passou por privações, os amigos deles todos foram mortos, alguns são dependentes químicos. Eu perguntei: “E você?”, aí ele disse: “Não, hoje eu sou um tata”, que significa pai de santo. “Mas como foi esse processo?”, ele disse: “Da mesma maneira como acontece com as religiões evangélicas ou protestantes, eu fui resgatado, mas de um outro sentido, não fui convencido a nada, eu fui resgatado no sentido de resgatar a minha ancestralidade, hoje eu tenho pertencimento e eu acho que foi isso que me salvou”. Então eu disse: “Se eu pudesse, eu levava você comigo e você falaria lá no meu lugar e ele continuou falando assim: “Eu acho que as pessoas de santo precisam falar um pouco, precisam falar disso, né, temos que falar disso, parece que são só as outras religiosidades ou as outras expressões que têm essa capacidade, né”. Qualquer religião tem, mas

tem de uma forma muitas vezes agressiva e que desloca o sujeito do seu contexto cultural. Até que ponto isso vai te sustentar psicologicamente se você está deslocado, se você nega a sua memória, que é a história do seu avô, a história de sua avó.

Eu trabalhei num bairro em Salvador chamado Nordeste de Amaralina, na República, em um projeto de um pastor, que fazia justamente esse trabalho de resgate e tinha o apoio do governo. Ele pediu uma psicóloga e me indicaram e eu fui. O trabalho acontecia dentro da igreja, eu trabalhava em grupo, eu escutava os rapazes, eles me contavam as histórias deles, dos crimes, das pessoas que tinham matado, como foi o processo de resgate e em um desses dias um deles disse para mim: “Mas como é que você lida com a questão das religiões de matrizes africanas”, fui conversando com ele, falando do candomblé. Ele disse: “Ah, não, professora, se eu visse alguma reunião da macumba eu metia bala”, e eu pensei: “O que é que eu faço com as minhas contas? Tá aqui no meu pescoço, eu guardo, eu escondo?”. Ele não teve nenhuma intenção de me agredir, mas era realmente o que ele fazia e percebi que aquele modo de trabalhar com ele só fazia reforçar aquele preconceito e reforçar aquela repulsa, com relação à própria história, porque depois ele me disse: “Ah, mas a minha avó mexia com essas coisas, meu tio mexia com essas coisas”, Ele pode até não mexer com essas coisas, mas ele tem que ter respeito e saber do seu pertencimento. Se você não tem esse pertencimento, se você não tem esse respeito, quem é esse sujeito que não tem história? Cadê a memória desse sujeito? O que que vai ancorar esse sujeito psicologicamente, se não é a cultura? Eu não estou falando da religião, eu estou falando de religiosidade enquanto cultura, que precisa ser respeitada e considerada. E no que tange à psicologia eu acredito, que esse sujeito faz parte desse contexto sócio histórico que colabora e muito, para esse avanço clínico.

Boa tarde a todas e a todos. Queria começar resgatando algumas falas que foram feitas anteriormente durante o evento, que têm muito a ver com o que quero discutir. O Hamilton diz: “Nós temos que falar por nós mesmos”. Acho que essa é uma ideia importantíssima e temos que pensar nessa noção dentro da psicologia e pensar o que psicologia tem produzido como conhecimento, como prática. Achei interessante também, Hamilton ter problematizado o termo afro-brasileiro, porque o “afro” remete a um resgate do sujeito e o “brasileiro” é um engodo, pois a nação brasileira nunca de fato acolheu o africano, e nos coloca de fato como objetos. É necessário retomarmos a nossa voz.

Faço parte de um grupo da UFSCAR chamado NUESTRA, (Núcleo de Trabalho Sociedade e Comunidade), e nele são desenvolvidas pesquisas que em sua maioria são feitas com grupos ditos minoritários. Muitos dos meus colegas pesquisadores, colocam que uma das intenções de se fazer pesquisa com essa população é dar voz a esse sujeito. E essa é uma discussão que tenho feito pois penso que não estamos dando voz a ninguém, e esses movimentos de resistência vêm mostrar justamente que esses sujeitos se organizam, eles se coletivizam, eles se politizam e essa voz ecoa.

Então, trago algumas reflexões a partir da minha pesquisa de doutorado, sobre o Movimento de Literatura Periférica que tem acontecido nas periferias de São Paulo. Chego nesse campo de pesquisa a partir de algumas indagações na minha pesquisa de mestrado, na Universidade Federal de São Carlos entrevistando jovens negros que tinham ingressado nos três primeiros anos de implementação do programa de ação afirmativa. Eram jovens negros que tinham ingressado ou não pelo programa. Fazendo essa pesquisa me deparei com algumas questões que me incomodaram. Percebi que muitos dos estudantes que ingressavam pela ação afirmativa e que optaram pela ação afirmativa para negros, não necessariamente se assumiam negros e não necessariamente se assumiam nesse sistema de reserva de vagas. Muitos estudos da ação afirmativa têm demonstrado isso, e penso que essa dificuldade também não vem do nada. É difícil para esse sujeito se colocar como “reservista”, como adepto da reserva de vaga, tendo em vista todo o simbólico que se aglutina à ideia de ação afirmativa e particular-

mente com o discurso veiculado pela elite, de que a ação afirmativa é como se fosse uma gratificação que está sendo dada para um grupo que não tem capacidade para entrar na universidade por si só. Fica difícil para o sujeito se assumir nesse lugar e se assumir negro também não é fácil, porque é se assumir como o não-sujeito social, aquele sujeito que não é bem querido, que é o suspeito, que se atrela a uma série de representações pejorativas. Esse contexto me incomodou, principalmente por questionar se essa dificuldade de identificação era uma constante. Então comecei a olhar para movimentos que são movimentos de problematização e que propõem alguma forma de enfrentamento do racismo. Transitando pelos saraus de São Paulo eu notei que havia uma presença de corpos e de ideias negras muito frequentes nesses espaços, e que a pauta da questão racial se fazia muito presente, particularmente, em alguns espaços. Se é dado o espaço pra esses sujeitos que são minoria, eles vão dizer das suas angústias, e os saraus de periferia mostram justamente isso. É muito frequente a discussão de gênero, de raça, de classe, porque isso perpassa o cotidiano desses sujeitos que estão ali se colocando. Decidi, então, pesquisar esses coletivos dos saraus, partindo do pressuposto de que são coletivos que estão numa outra fase de identificação, eles obviamente problematizam todo o malefício que o contexto racial brasileiro traz para as identidades de negros e negras, e para outras identidades também. São coletivos de afirmação. Eu quis então não mais estudar aquilo que a psicologia já tem dito, que é o malefício do racismo à subjetividade de negros e negras, de brancos e brancas, mas pesquisar este momento de identificação. Quais são as representações que são forjadas nesse contexto de resignificação? Acho interessante ler os trabalhos do Professor Alessandro de Oliveira Santos, porque ele apresenta os momentos de tratamento da temática étnico-racial, e como a psicologia trata desse tema. O autor afirma que num primeiro momento existia movimento da Escola Nina Rodrigues de eugeniação e higienização, e nesse momento o negro é considerado um perigo social, aquele que deve desaparecer, que deve ser exterminado da sociedade. Num segundo momento, há o tratamento de outras questões, como o preconceito, a discriminação, as atitudes

raciais etc..., e esses teóricos, como Dante Moreira Leite, a Virgínia Leone Bicudo, se inserem na introdução de alguns cursos de Psicologia. Eles fundaram cursos de Psicologia, mas não existe a produção deles na psicologia. Ela não consta, é hoje que se retoma. Esses teóricos estão falando de discriminação, preconceito, humilhação, são esses os conceitos que estão usando. Posteriormente, conforme o autor, há a ênfase nos estudos de branquitude e branqueamento, e se deixa de falar do negro como vítima desse sistema, e coloca o branco como ativo do racismo. E aí eu me pergunto: “Cadê o negro como ativo?”. O negro está o tempo todo sendo vítima nesses estudos e aí eu recorro a Moscovici, que diz que antigamente existia um movimento, em que a academia ia até as comunidades para estudar o senso comum e construir o saber acadêmico, o saber catedrático. O que Moscovici propõe é que existe um outro movimento em que o senso comum, se apropria desses conhecimentos que são produzidos na academia e constroem o seu conhecimento do cotidiano. E a psicologia está dizendo o quê? A psicologia está dizendo que o negro é vítima, que o negro não é ativo, que o negro não resiste, que o negro não enfrenta, e isso é muito sério, isso é muito grave. O Professor Alessandro também¹ tem um outro artigo em que é feita uma revisão bibliográfica do que a psicologia tem produzido sobre a temática racial e, entre outras coisas, ele constata que dois temas muito importantes são as ações afirmativas, e o tratamento da questão do preconceito, da discriminação e da vitimização. Eu não estou dizendo que isso não existe, eu estou dizendo que essa é uma esfera do racismo que não pode ser negligenciada, a discriminação e a denúncia da discriminação tem sim que ser feita, obviamente isso é uma forma de enfrentar. Mas a resistência, a ressignificação, as estratégias dos negros de se reedificar como sujeitos, de resgatar uma ancestralidade, de resgatar elementos que dão a sua identidade e o afirmam enquanto sujeito também não podem ser negligenciada. Diante de todas essas considerações, decidi estudar o movimento de literatura periférica partindo da hipótese de que esse movimento tem se articulado, produzido novos sentidos e significados para as identidades de negros e negras e periféricos e periféricas. Acho interessante dizerem que o racismo brasileiro - não só o brasileiro, pois há teóricos que estudam o racismo em outros lugares do mundo, como em Portugal - atualmente está

1 http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932012000500012&script=sci_arttext

na fase do racismo sutil ou cordial. Penso que não nos cabe atrelar a cordialidade ao racismo, porque isso é um tremendo paradoxo, o racismo é uma violência extrema e não cabe dizer que existe cordialidade nisso. Penso que, na verdade, a grande característica do racismo brasileiro é a proximidade. Como não foi instituído um sistema de segregação oficial, como o *apartheid* ou a Lei de Chromo nos Estados Unidos, há o convívio, mas essa convivência é pautada pela “invisibilização” de alguns sujeitos, Acho que não é à toa que estamos aqui reunidos hoje num movimento de resistência, dentro da psicologia, em que a maioria do público que se coloca é de negros e negras. O branco ainda não se fez presente nessa discussão, porque para ele não existe a questão que hoje começa a se desvelar e o branco ainda está se apropriando. Considero então que nesse contexto todo de invisibilização, de existir a convivência, de existir a proximidade, existe o tempo todo um movimento de afastamento radical desse sujeito. Não é à toa que, se pensarmos na organização espacial e territorial, os negros e negras estão majoritariamente nas periferias, Não estão completamente excluídos da sociedade, mas estão incluídos de maneira perversa, o que é muito pior porque dá ao negro o entendimento, por um instante, de que ele faz parte da sociedade, mas ele faz parte da sociedade de maneira extremamente precária, Então eu considero que todo esse arranjo constitui atentado às identidades desses sujeitos e eles não são passivos diante disso, eles forjam uma série de estratégias e de artimanhas pra combater esse sistema de não-aceitação, eles inventam e reinventam estratégias de demarcação e de afirmação. É nesse bojo que se insere o movimento de literatura periférica, os discursos literários que eles têm produzido, buscando o deslocamento desse lugar de não-sujeito.

Selecionei como campo da minha pesquisa três saraus específicos: Sarau Palmarino, Sarau na Brasa e Elo da Corrente. Selecionei o Sarau Palmarino porque ele tem uma particularidade interessante que é ter sido organizado a partir de uma corrente do movimento negro. Apesar dele não ter surgido no bojo desse Movimento de Literatura Periférica, ele surgiu dentro de uma corrente do movimento negro como estratégia de enfrentamento, como estratégia de diálogo com as comunidades, e por isso achei interessante dialogar com esse coletivo. E os outros dois saraus são o Sarau Elo da Corrente, que acontece em Pirituba, e o Sarau Poesia na Brasa. Selecionei esses outros saraus porque, transitando pelo movimento, esses dois

saraus eram muito citados como referência no debate da questão racial. Transitando por esses espaços eu percebo porque que eles são referência nesse debate. Existe uma presença bastante forte de elementos que remetem à cultura negra. No Sarau na Brasa e no Elo da Corrente o rito de iniciação e de encerramento é feito com o tambor e eles cantam, tanto para começar como para finalizar, uma música que na verdade era um ponto de umbanda que foi ressignificado. O tempo todo a presença do berimbau é muito grande e manifestações de cultura de matriz africana de maneira geral, se fazem muito presentes. Dizem que esse é um movimento contemporâneo, atual, e na verdade eu tenho questionado se realmente é algo novo, completamente inovador, porque percebo que essa artimanha do uso da poesia, tem estado presente em vários contextos em que existe conflito racial. Resgato alguns momentos como, por exemplo, a abolição da escravatura. O movimento abolicionista se valia das poesias e dos recitais pra dialogar com a sociedade sobre a necessidade da abolição da escravatura. Eram recitais frequentados majoritariamente por intelectuais, por estudantes, por pessoas da elite, por brancos, porque eles consideravam que deveria haver a abolição da escravatura, mas ela deveria se dar com algumas restrições. As restrições eram que os senhores escravocratas deveriam ser indenizados, porque eles iriam perder a sua força de trabalho escrava, e não era um movimento que deveria se dar a partir dos farrapos da sociedade, a partir dos negros escravizados que não tinham força política alguma. Então eu percebo que nesse momento existiu esse movimento abolicionista, que problematizava uma tensão racial na sociedade, que se valia dos recitais, da organização de jornais, antologias, de associações para fazer o diálogo sobre a questão. Mas eu entendo também que era um movimento absolutamente reformista, porque eles não propunham uma quebra dos privilégios da elite branca, pelo contrário, os brancos deveriam ser indenizados. Cito também o Movimento de Negritude que foi um movimento de literatura que se valia da poesia pra promover algumas ressignificações, o próprio nome do movimento, Negritude, (em Francês negro era algo extremamente pejorativo) usam como ganho simbólico. Esse movimento chega ao Brasil e tem uma relação bastante estreita com o Teatro Experimental do Negro, que é um movimento atrelado a uma pequena burguesia negra, intelectuais africanos que se deslocaram para universidades francesas e aí, por conta daquele contexto racista e xenofóbico, começam a pensar sobre a questão

racial, mas é um movimento que se vale também dessa artimanha da poesia. Existia um movimento *antiapartheid*, dos Bantos Towns, que eram cidades, contextos que foram forçados pelo sistema segregacionista do *apartheid* para comportar especificamente os negros. Então, apesar desses negros estarem absolutamente afastados, à margem da sociedade, e com sistemas de trabalho extremamente extenuantes, algumas pesquisas relatam que durante as noites esses negros se organizavam em recitais que aconteciam em igrejas, teatros etc. e que nesses recitais eles falavam justamente da angústia de estar nessa situação de segregação, falavam dos seus sofrimentos, do anseio pela afirmação e da quebra do sistema segregacionista.

Percebo então que esse movimento de literatura atual não é algo absolutamente novo, mas ele resgata uma estratégia que tem sido histórica e ancestral para fazer essa mesma problematização. O que eu penso que é diferente dos demais é por ser um movimento da periferia para a periferia. Existe então a crítica tanto de raça quanto de classe nesse movimento, e, ao contrário do movimento abolicionista ou do movimento *antiapartheid*, que se valia de locais socialmente interessantes, interessantes no sentido de valorizados, como as igrejas, os teatros, os grandes salões, o movimento de literatura acontece nos bares da periferia, ressignificados como espaços de articulação político-cultural. Então existem algumas particularidades interessantes, e entrevistando esses três coletivos de sarau, percebo que o sarau é representado como um palco para dar vazão à vivência de opressão e repressão, como um espaço democrático, porque ele acolhe a todas as diferenças, sem julgamentos de valor. E é então uma porta de entrada, uma sensibilização para os sujeitos começarem a pensar sobre a questão racial, sobre as identidades que o compõem. Fiquei intrigada pensando no porquê da poesia, como artimanha de enfrentamento. Alguns teóricos falam um pouco da zona muda que é edificada para aqueles sujeitos que estão numa situação de discriminação e preconceito. Essa zona muda, num nível simbólico, se dá pela dificuldade de representar a própria identidade. Colocam que uma das estratégias para dialogar sobre um elemento que está na zona muda é não haver um embate direto, porque o sujeito automaticamente se fecha. Penso então que a poesia é uma forma de tratar de questões extremamente dolorosas e que causam sofrimento mas sem haver esse choque inicial. E nesse sentido eu acho que esse movimento tem feito subversões impor-

tantes, porque ele dialoga com o que está estabelecido socialmente para propor ressignificações. Para ilustrar vou ler uma poesia do Fuzil, que está no livro “*Caturra*²”. O Fuzil é um negro, com a tez escura. Muito se questiona do porquê de ser chamado de Fuzil, e eu fiz essa pergunta quando o entrevistei a primeira vez: “Por que Fuzil?” e aí ele recitou pra mim esse poema, que fala um pouquinho do porquê do nome. O nome do poema é “O vulgo”: “Muitas pessoas me perguntam porquê do apelido/ uns acham engraçado, outros acham esquisito/ na verdade esse vulgo vem de minha infância/ vem do preconceito de pessoas ignorantes/ já fui muito criticado, também discriminado/ hoje aclamado pelo trabalho que faço/ sempre de cabeça erguida, passando por cima de obstáculos/ posso dizer que sou vencedor, um verdadeiro guerreiro nato/ E o que passou, passou, hoje é outra fita/ o fuzil aqui não mata, declama poesia”. Ele explica que quando ele era criança, por conta da cor da sua pele, as pessoas queriam chama-lo de fusível queimado, só que, ao invés de falarem fusível, elas falavam fuzil, e aí ele fala: “Pô, eu comecei a pensar sobre o que era essa coisa do fusível e do fuzil e aí eu resolvi realmente assumir o fuzil, mas transformar isso em algo positivo”, é por isso que ele fala: “Fuzil é arma, no meu caso é arma, mas que a minha arma sejam as canetas, as poesias, o fuzil aqui não mata, declama poesia”

2 <http://saraufespsp.blogspot.com.br/2011/04/lancamento-do-livro-caturra-poesia-de.html>

LILIAN SANKOFA

MILITANTE DO COLETIVO DE ESQUERDA FORÇA ATIVA, INTEGRANTE DO GRUPO DE RAP SANKOFA, PROFESSORA DO ESTADO, ATRIZ, POETA, TENDO O HIP-HOP COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES DE CLASSE E TAMBÉM COLABORADORA DO NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA.

A palestrante inicia convidando os presentes a cantar o seguinte refrão “Vamos ler um livro, vamos ler um livro, povo da periferia, vamos ler um livro, vamos ler um livro, vamos ler um livro, vamos ler um livro”

Comecei com esse som pra poder falar um pouco porque que eu estou aqui. Faço parte do coletivo de esquerda Força Ativa, que tem uma história num bairro que fica no extremo leste da Cidade Tiradentes. Para falar sobre o trabalho que a gente executa lá, para falar um pouco porque que eu estou aqui trouxe dois vídeos muito curtos para gente poder dialogar sobre como que o hip-hop pode ser e deve ser um enfrentamento com relação ao encarceramento de mulheres. Vamos falar um pouco sobre esse genocídio, esse “femicídio”, específico das mulheres pretas.

A palestrante apresenta um vídeo para comentar em seguida.

O Força Ativa, foi aqui em São Paulo uma das primeiras posses de rap, começou como Posse Força Ativa, em meados de outubro de 1989, na zona norte. A partir daí os grupos que fazem parte do Força Ativa começam a pensar novas perspectivas em cima do rap, enquanto uma forma de atuação na sociedade. E em 95, alguns integrantes da Posse Força Ativa vai morar na zona leste aí passa de Posse Força Ativa pra Núcleo Cultural Força Ativa. A Cidade Tiradentes tem mais de 400 mil habitantes e até hoje não tem uma biblioteca pública, então, pensando nisso, foi criada a Biblioteca Comunitária Solano Trindade, a partir dessa necessidade da gente se instrumentalizar contra as opressões que estão postas pelo Estado. Eu trouxe até esse vídeo pra poder exemplificar melhor. O Força Ativa tem esse caráter até hoje, de conscientização, e a gente atua no cotidiano, nos trabalhos. Eu sou professora de Geografia, eu esqueci de colocar, eu sempre esqueço desses negócios no currículo. Alguém citou a lei 10 e tal até¹ que até hoje a gente não vê ela valer. E aí pra mim fica uma coisa nítida na cabeça. Tem algumas coisas, alguns mecanismos que foram criados e pa-

rece que propositalmente pra não acontecer, pra não funcionar, porque ela já tá entrando no seu 11º aniversário e até hoje a gente não conseguiu fazer realmente valer dentro das escolas, nem ela nem a 11 mil. Aí a nossa pergunta é: por quê? Se a gente tá falando de uma questão que é estrutural, é classista, e se a população preta está nas periferias, é automaticamente óbvio que as periferias não têm que saber disso. E o que a gente faz na biblioteca que funciona até hoje, que pra gente é uma prova de resistência, é que a gente precisa se fortalecer com relação a isso. A gente vai fazer com que a população consiga o mínimo, em cima disso a gente vai trabalhar aquilo que nos foi negado acima de tudo e que pra mim é o principal foco do genocídio, que é a questão da autoestima dos periféricos e das periféricas. Se você é minado na sua autoestima, na questão de reconhecimento de você como sujeito, você não consegue criar perspectivas para sair da situação de oprimido pois quem está na situação de privilégio permanece na situação de privilégio, a lógica do sistema do capital é essa e a gente precisa reverter esse processo. Com relação a questão do racismo no Brasil, não temos um *apartheid*, não temos uma segregação nítida mas, em compensação, a gente tem escolas, educação sucateada, escolas extremamente precarizadas. A escola aonde eu dou aula, tem apenas sete salas, parece uma escolinha do interior, e aí tem uma área, um terreno gigante, um lugar totalmente cheio de mato e que não é utilizado. Fui pesquisar o porquê que tem aquele terreno que ninguém utiliza pra nada e fiquei sabendo que na verdade foi pensado um projeto de uma escola. Se a gente pesquisar lá na internet, Escola Guerra Junqueira, aparece lá uma planta da escola naquele terreno. E como se a escola estivesse naquele terreno enorme, lá embaixo da escola, só que o dinheiro, ele foi desviado e no bolso de alguém ele parou. Então o que é isso? É uma lógica de Estado para poder desfavorecer cada vez mais aqueles que já estão numa situação de desprivilegio. E a gente tem a questão da saúde pública, que quando a gente tenta marcar uma consulta médica você tem a agenda somente pra outubro, seis meses depois, se tiver que morrer, você morre, se você tiver que procurar um especialista ou algum exame, é dois anos

¹ <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:2011-09-28;19639>

no mínimo. A gente acaba recorrendo ao serviço privado, não que o público também não seja privado, em certa medida. São formas do Estado conseguir minar, de certa forma, tudo o que a gente pode tentar criar enquanto sujeito de ação, novas perspectivas pra gente sair da situação de miséria, miséria de fome, miséria intelectual e miséria cultural e várias coisas que nos são tiradas. A cultura nada mais é do que aquilo que a gente ressignifica enquanto sujeito de ação e que a gente vai construindo a nossa história. Quando a gente sofre processo de aculturação, por exemplo, essa nossa história está sendo arrancada. Então como que a gente consegue reverter esse processo e sair dessa situação? Quando a gente fala de genocídio, a gente já logo imagina o fato concreto da morte por arma e tudo mais que os jovens sofrem. Mas aí há uns tempos atrás eu li um texto falando sobre o genocídio da mulher preta, e aí eu descordei do companheiro. Quando a pessoa fala que a mulher preta sofre o genocídio somente quando o seu filho, o seu companheiro é assassinado, isso é um tremendo equívoco, porque o que que é o genocídio? Se é a morte de uma população que tem uma classe social e uma cor definida nesse sistema, e aí a gente tem que falar da questão da autoestima das mulheres, das mulheres que, como a Cláudia, são arrastadas e muitas não são nem, não tem nem conhecimento. E aí nesse caso aqui mais específico, das mulheres que estão encarceradas, porque se você não mata diretamente, você vai encarcerar uma parcela da população, mas uma outra parcela ainda tem que ficar solta, porque ela tem que produzir para que o sistema do capital se faça valer. Então é toda uma lógica, se você incomoda, ou você morre ou você vai ser encarcerada, se você, de certa forma, não tá incomodando, você vai trabalhar quietinho, você vai trabalhar num lugar muito perto da sua casa, você vai levar três horas pra chegar até lá, é muito perto você sair da Cidade Tiradentes e ser empregada doméstica lá em Moema ou lá no Morumbi. E aí você vai trabalhar nove, dez, 12, 15 horas no dia e depois mais três horas pra chegar na sua casa, muito legal, você vai ser uma pessoa que vai conseguir contribuir muito pra situação de, de reverter essa situação, né, desse privilégio e tal. Então, assim, essa é a lógica que está posta. E aí eu volto de novo no que eu iniciei falando, se o hip-hop não puder, em certa medida, questionar a maneira como a população pobre, preta, periférica, se não puder questionar e combater e enfrentar a situação de opressão de classe, não pode nos representar. Eu acho que é

mais ou menos isso, eu acho que é o diferencial que o hip-hop sempre teve, né, sempre demonstrou, eu acho que é isso, e não pode se perder, e a gente, em algum momento, a gente acabou, que tá balançando, a gente vê o que tem acontecido, né, as produções que vêm acontecendo. A gente vê de repente Mano Brown falando: “Não, quando a gente tava lá na década de 90, que a gente falava que não podia mídia, que não podia isso, que não podia aquilo, a gente meio que compactuava com isso, hoje a gente já pode, de certa forma” e aí eu pergunto: a gente pode? Até que ponto vai realmente nos representar? Então tem uma pessoa que, nesse quesito específico da questão do encarceramento de mulheres, muito nos representa e nos representou, que é a Dina Di. Trouxe um *clip* dela e vou passar esse *clip* rapidinho. E depois falar um pouco sobre essa questão do encarceramento, que é uma das formas de genocídio/”femicídio”.

Transcrição da letra do rap apresentado em vídeo:

Que nessa altura está confusa, fraca e inconsciente, irmã de cela, baseada na realidade do nosso sistema carcerário, podre e digno de pena. Isso é um fato ocorrido, esclarecido, é flagrante, considerada culpada no ato, dada a sentença, seu desengano, seis anos por tráfico de entorpecentes, não teme pela sua vida, não tem família ou parente, independente na idade, pelas ideias de vida, um sonho de liberdade, uma identidade fudida que vai em cana, de cara na cela com reincidente e a desvantagem ela sente na pele, o fato é recente, uma aliada interada no início foi sua sorte, hoje na ilha de cobras, vive e convive com a morte, mais uma realidade que na real só revela mais uma história sem glória e sem paz. Irmã de cela, esse é o preço que eu pago por um passado mal vivido, cheio de armas e drogas, mortes e amores confundidos, eu sei que nada valeu e nesses anos de cana eu só dei desgosto aos meus pais, decepção aos meus manos, me diga o pai que é feliz quando tem a infelicidade de ver a filha sendo algemada por dois, jogada na cela do medo da impunidade da penitenciária, talvez de lá não saia nunca mais, pai, diante da desvantagem, vejo no espelho o desgosto, as marcas da pilantragem, é inevitável esquecer, é o que se lembra pra sempre, uma tatuagem marcada na base de um ferro quente. Estou cara a cara com cobra criada e pra não perder vou dar uma de bicho solto, a treta vai ser pesada, eu já nem sei mais como lidar com essa situação, a condicional por um fio,

minha mente salta, uma mulher dependente, no crime já experiente, a quem devo fé e gratidão por tantas e tantas vezes na prisão, por consideração por mim, fez tão pouco por ela, minha aliada, minha irmã de cela, minha irmã de cela, minha irmã de cela. Eu digo a realidade, mas você não se define, se a sua mente é confusa, você é uma intrusa no crime, rouba os próprios amigos, se envolve em tretas de drogas, matou sua mãe de desgosto, se entregou às bebidas, enquanto você fracassa e assina o seu passaporte pra uma viagem sem volta, embarca sentido à morte. É a pedra que te corrói, é o pó que te faz perde a noção, seu sono é profundo aqui fora, só vai despertar na prisão, no banho de sol, acerto de conta de mina drogada, que sente na pele a rotina, fico de lado, o pátio lotado, extrema loucura e o baseado acalma a minha mente, meus nervos que estão gravemente abalados. O crime é pesado eu já to ciente, o meu sofrimento é interno e desse inferno eu sou sobrevivente. Na realidade, após muitos anos de dor e agonia, não vou negar que um dia na cela, o clima já foi. No crime já experiente, a quem devo fé e gratidão por tantas e tantas vezes na prisão, por consideração por mim, fez tão pouco por ela, minha aliada, minha irmã de cela, minha irmã de cela, minha irmã de cela.

Eu trouxe o vídeo da Dina Di porque ela, além da gente e de poucas outras, é a única que discute a questão da mulher encarcerada do *rap* aí eu trouxe algumas questões. Tem uma pesquisa feita pelo Instituto Terra Trabalho e Cidadania, ITTC, que é uma parceria com a Pastoral Carcerária. Começa falando sobre como que o sistema penitenciário forma como punição pra situação de desprivilegio de uma determinada população, , você não consegue lidar com um problema, você vai punir, e aí como que você vai punir? Você vai tirar de circulação. Então aponta que muitas mulheres chegam a esperar pra ser transferidas, por exemplo, pra penitenciária, que são pouquíssimas, estão superlotadas, porque o número das mulheres que estão sendo presas tá aumentando muito mais do que o dos homens, então elas têm esperado cerca de um a dois anos dentro das cadeias, naquela situação de precariedade máxima, para ser transferida para penitenciária, que também não é grande, mil maravilhas, muito pelo contrário. E, os direitos estão sendo violados o tempo todo e é o direito da lei, né, vamos lembrar, a lei, criada pelo judiciário, que é de um Estado que é burguês, então, assim, o próprio Estado legitima e ele mesmo viola, e são poucas as instâncias que questionam isso, e

eu acho que vale a pena a gente se atentar isso. E dentro da situação do sistema penitenciário, do encarceramento, a gente esquece das especificidades de gênero dentro disso, porque tem a questão do homem quando é encarcerado, mas tem a situação da mulher, que é mil vezes pior quando ela tá em situação de encarceramento. Essa pesquisa foi feita em quatro etapas, assim quatro pontos, né, pegaram, chaves, que eu acho que são fundamentais, que é a questão das, cinco, na verdade, a questão das condições dessa detenção, de superlotação, né, de precariedade com relação à higiene, várias questões, da questão das relações familiares. Porque quando os caras são presos, quando os homens são presos, as mulheres que vão levar o jumbo pros caras, as mulheres que são as mães que vão chorar, são as mulheres que passam pela situação de revista vexatória. Só que, quando essas mulheres vão presas, muitas vezes porque estão a reboque dos caras, por conta da situação de tráfico de drogas, de uso de entorpecente, de furto, de várias coisas, os caras automaticamente abandonam, se separam. E aí as mulheres, como não tem como os caras a questão muitas vezes da força e tal, da ameaça, elas não conseguem prender aqueles caras, né, o que não acontece com as mulheres quando os caras vão presos, porque se ela tiver aqui fora e se envolver com alguém, ela vai pro forno e várias situações aí de precariedade. Então elas são abandonadas por essas famílias e também são separadas dos seus filhos, né, principalmente quando elas vão pra penitenciária gestantes e aí nascimento e vai pra adoção, dificilmente a família vai querer ficar, o cara muito menos, o cara, ele abre mão dessa paternidade. Quando se tem uma família e tal, normalmente mulher, né, que não é os caras que querem ficar com as crianças, as outras mulheres da família que cuidam ou vai pra abrigo ou vão pra rua, como muitos que eu atendi quando eu trabalhava no centro com crianças em situação de rua. A questão da saúde é uma questão que pega bastante e aí que eles apontam, né, que a mulher que sofre muito mais negligência com relação à saúde no seu encarceramento, em decorrência muitas vezes do motivo do seu encarceramento. Porque eu conheci duas crianças que eu atendi na rua, cuja mãe, foi até uma história que passou na TV, nesses canais super sensacionalistas, foi presa porque furtou uma margarina no supermercado e ela levou uma surra descomunal e ela teve um transtorno mental muito grande e quando saiu da prisão não pôde dar conta mais dessas crianças e essas crianças foram parar na rua com seis e oito anos. E dentro dessa questão da saúde também, a

questão dos abortos, que são cometidos, porque elas são vítimas de estupro, por isso não querem essa gestação, mas muitas vezes elas são estupradas lá dentro mesmo pelos funcionários, porque elas sofrem situação de violência no cotidiano. Os caras sofrem a questão da violência física, de apanhar e tal, e as mulheres violência psicológica, moral e o estupro, que é um grande responsável aí por esses abortos cometidos quando elas estão dentro das penitenciárias. E o último ponto é esse da violência contra a mulher, né, que eu acabei falando, da questão do estupro que elas sofrem, abuso, assédio sexual, por parte dos próprios funcionários da penitenciária. Então, assim, eu acho que é um pouco isso que a gente precisa pensar e dialogar pra gente criar mecanismos e conseguir se organizar pra enfrentar, combater essas situ-

ações postas aqui. Então a gente vem pensando como que a gente pode se instrumentalizar através do *rap* pra poder dialogar. Então quando a gente vai lá na FEBEM, que Fundação Casa não existe, é FEBEM aquela merda até hoje, quando a gente vai na FEBEM feminina, discutir com as meninas a questão da autoestima e de relações raciais, que a gente depois vai se instrumentalizar no *rap* e vai trabalhar com os alunos, porque com os meus alunos, por exemplo, eu dialogo através do rap, né: “Ah, vamos falar de desigualdade social, vamos cantar aquela música lá do genocídio, vamos falar disso, tá, vamos cantar “Mulheres encarceradas”. Eu acho que são mecanismos e formas da gente conseguir combater e se formar e formar, né, eu acho que o *rap* tem que ser pra isso, senão pra mim não rola.

Pessoa da plateia

Sou psicóloga, trabalho hoje no Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito da Defensoria Pública do Estado. Eu queria falar que a defensoria, especialmente o Núcleo de Combate à Discriminação, está à disposição para acolher denúncias. A primeira coisa que eu observei quando entrei no núcleo, faz três meses, é que tem muito poucas denúncias raciais. Existem inúmeras denúncias LGBT, mas muito poucas denúncias raciais e isso pra mim é uma questão. O núcleo está à disposição pra dialogar com a sociedade civil, com os movimentos sociais, enfim, pra pensar questões, pensar movimentos e para trazer denúncias também. Tem um outro projeto que chama Mães em Cárcere, que é conduzido pelo Núcleo da Infância e pelo Núcleo da Mulher, que faz uma pesquisa sobre o que acontece com os filhos dessas mulheres que têm os seus filhos na cadeia. Existem situações muito sérias de violação de direitos e a defensoria atua nessas áreas

Pessoa da plateia

Acho que, do ponto de vista inclusive da produção de conhecimento nos últimos anos, temos feito uma confusão muito grande entre a determinação de classe e desigualdade, o processo identitário e a dimensão política. As vezes elas são colocadas de forma quase mecânica: desigualdade, que gera identidade, que gera política, e as coisas não se dão necessariamente dessa forma. E a Bete tocou muito bem nessa dimensão da literatura como uma mediação fundamental da luta antirracista na modernidade, mas também atravessada por contradições.

Mas eu queria que a gente entrasse nessa discussão das determinações identitárias, passando também pela discussão do branco, da branquitude, e o que a gente entende como espaços de pertencimento, de resistência dentro de uma contradição de classe e raça. E nessa questão do ser negro é ser legal, mas o negro que é legal está na Vila Madalena, mas ninguém quer ser o negro da Cidade Tiradentes. É legal ser do maracatu, ser do samba, essa aproximação que brancos fazem nessa tentativa de afirmação de uma diminuição da discriminação racial, mas muito ainda reforçando o mito da democracia racial e não entendendo as determinações de raça e classe. Se possível gostaria de entrar nessa discussão.

Pessoa da plateia

Eu vou falar do meu lugar, mulher preta da periferia, facilitadora de alguns processos e algumas reflexões, psicóloga e educadora social. A minha pergunta vai para a Elisabete e para a Veridiana. Elisabete como é pra você ressignificar espaços, já que você tá em outros espaços também? Sou católica, sou da Pastoral Afro. Quando você fala das religiões de matriz africana me faz muito pensar no lugar que eu estou, preta, dentro da igreja católica, que tem uma história de tortura da população negra. Não sei se você conhece a história da Pastoral Afro, mas quando você me fala de religião, como que para você a religião ajuda para o não sofrimento psíquico?

Jonathas, conselheiro do CRP SP

Vou trazer aqui a situação que uma colega viveu. Trabalhando em uma república terapêutica, recebe uma menina que tem um desejo enorme de ir dormir no cemitério e essa menina também tem alucinações, o que chamaria aí pseudo-alucinações, ela vê vultos. E no decorrer desse atendimento, conclue que se tratava de uma menina médium que não foi trabalhada, que acaba deixando a sua ancestralidade que é recortada, é esfacelada porque as famílias foram para vários lugares e o candomblé é o proibido. Então ela perde essa ancestralidade e o crack, a drogadição é a forma de saúde que ela encontra, pelo menos na alucinação ela tem resposta que é a química, não é ela. Como a gente coloca essa escuta dentro da psicologia, dentro do consultório, mas também o consultório do CAPES, o consultório da psicologia nos seus vários lugares de trabalho.

Lilian

Com relação às denúncias, denúncia racial que não tem ocorrido no núcleo. É difícil mesmo a gente conseguir se colocar no papel de quem sofreu alguma ação racista, se a gente vive num país, em que essa dita democracia racial, é muito presente. Então dificilmente a gente vai conseguir realmente perceber que aquela foi uma situação de racismo. Afinal, estão jogando banana pro jogador e todo mundo comendo banana, somos todos macacos. A gente está na escola, o menino chama o outro de macaco, de neguinho do pixaim, de cabelo duro, mas é só, nós somos amigos, afinal é normal, nós somos amigos. Então é difícil realmente se colocar numa situação de que

sofreu uma ação desse tipo se realmente aquilo é visto como normal, entendeu? É assim como, por exemplo, a situação da mulher que é vítima de violência doméstica, é difícil ela conseguir sair desse ciclo de violência, então como que ela vai conseguir ter coragem de denunciar, se ela está presa por vários fatores, financeiro emocional, afetivo, e um monte de outras coisas. A gente está num caminho de enfrentar, combater, para que mais pessoas consigam não só denunciar, como reverter esse processo de assassinato da nossa autoestima, que eu acho que é por isso que a gente não consegue denunciar. Quanto à questão das determinações identitárias, o processo de identidade eu penso muito sobre isso, o que vem a ser esse processo identitário. Se a gente não consegue se ver enquanto sujeito, que identidade que é construída, baseado no que? Em cima do que a gente está construindo a nossa identidade? Com o lugar, com as pessoas, com as relações e buscando inclusive a nossa africanidade. A gente tem a questão da busca da nossa identidade enquanto sujeito dentro desse processo de africanidade, só que dentro disso a gente tem uma questão que é as lutas de classe O que são as lutas de classe dentro desse processo? Porque se a gente não discutir isso, a gente não consegue chegar no como que as coisas se deram. Afinal a gente tá num resquício da escravidão, mas ele vem a partir do quê? Qual foi a necessidade que fez com que a Europa escravizasse a África e trouxesse para América e que a gente nesse lugar que a gente teima em falar que é nosso? E aí, dentro dessa questão da branquitude, eu cheguei a ver uma pesquisa de uma psicóloga, que é branca, que discutiu a questão da branquitude dentro da situação de privilégio dos brancos e das brancas. Porque se você não consegue se ver enquanto privilegiado dentro da lógica estrutural do racismo, você não vai conseguir se ver, enquanto racista, para poder pensar em combater também. A gente tá na situação desprivilegiada, então é a gente que vai ser a linha de frente do bagulho, mas só que os brancos também tem que lutar contra o preconceito e contra o racismo. Por que não? Mas se eles não se verem enquanto privilegiados dentro da lógica estrutural do racismo, dificilmente eles vão conseguir combater alguma coisa. Então eu acho bacana essa pesquisa dela, pois ela discute essa questão da branquitude dentro do privilégio dos brancos, dentro da estrutura do racismo no Brasil.

A gente produz o *funk*, a gente produz o rap, produz várias dessas outras coisas, quando isso

começa a sair do nosso poderio, porque a burguesia vai se apropriar disso. Não pense que o que a gente vai produzir vai ficar só entre a gente. A gente vai produzir literatura e eles se apoderaram da tal conhecida aí como literatura marginal E aí tudo vira entretenimento, não que não tenha que ter o entretenimento também, a gente tem que dançar, é importante, até pra gente poder ter um pouco mais essa questão da afetividade, mas essa afetividade não pode nos tirar do nosso papel transformador na sociedade. Se não ela vira: “Vamos ser todos irmãos” e não é verdade, porque tem um monte de preto e um monte de preta também que quer que a gente se foda e que se tiver que puxar o nosso tapete, vai puxar. Então, assim, o que a gente vai fazer com relação a isso? O que aconteceu, por exemplo, com o *funk*, e que culminou no rolezinho e que a classe média também quis se apoderar do rolezinho: “Ah, vamos levar eles lá pra o JS. São formas de direcionar. Cadê a autonomia do *funk*, que liberdade é essa que a gente tem? Por exemplo, quando a gente vê uma parte, uma parcela do movimento feminista falando que Valesca Popozuda, por exemplo, é uma pensadora contemporaneidade, que é feminista o que é isso? De que liberdade que a gente tá falando que a gente acha que tem, num sociedade onde a gente precisa trabalhar que nem uns condenados, umas condenadas, pra poder sobreviver, porque a gente tá numa lógica de consumo, então que liberdade que é essa sobre o nosso corpo? Se a gente tivesse, a gente não seria presa ou maltratada por conta de um aborto, que é ilegal numa sociedade como essa. Eu acho que é pensar um pouco isso, porque o que aconteceu com o *funk*, tá acontecendo, e o *rap* também. Mas o rap, como tem muito a questão histórica de resistência que veio do movimento negro ainda resiste um pouco mais a esse processo de apoderamento da classe média, da burguesia sobre a cultura que a gente produz e devolve depois de forma violenta, .E aí a gente vai reproduzindo, é lógico que eu vou reproduzir, eu estou numa lógica de reprodução, eu não estou aqui pra pensar, eu estou só para reproduzir eu não tenho que refletir sobre isso, eu tenho que apenas continuar nessa situação de desprivilégio. A gente precisa pensar o racismo dentro da estrutura das lutas de classe, porque senão a gente não consegue reverter o processo de exploração e aí é a exploração do trabalho humano. Se a gente não conseguir reverter a situação da exploração do trabalho humano, o racismo, o machismo, a homofobia, todas essas vertentes continuarão secundárias.

Elisabete

Eu vou falar um pouco da forma como eu entendi a pergunta feita sobre as determinações das identidades de brancos e brancas, e pensando pra quem é fácil ser negro. Então eu entendi que foi dito que brancos de alguma forma, algumas vezes se apropriam de uma identificação como negros e que é muito fácil para esses brancos fazerem essa apropriação quando é o negro do maracatu ou o negro do maculelê e quando é festividade, mas lá na Cidade Tiradentes ninguém quer ser preto. Eu acho que a confusão está sempre com a gente. Branco sabe quem é branco, branco sabe quem é preto. A gente é que fica confuso, a gente é que fica se perguntando se por ter a tez mais clara é preto. O branco não importa se é branco claro, claríssimo, escuro, ele é branco, e para o branco não importa se você tem a tez mais clara ou mais escura, ele vai te chamar de moreno, mas quando você chegar pertinho dele, ele vai falar: “Você é moreno, mas você não pode ser branco”, entendeu: “Você não é sujeito de privilégio”. Então eu acho que a confusão está com a gente, eu acho que a confusão não só está com os negros, mas a confusão está com aqueles que não são sujeitos por excelência, porque os sujeitos por excelência transitam, os brancos transitam, os heteros transitam, os de elite transitam. Eles mimetizam marcos de identidades alheias, mas eles não mimetizam esses marcos que excluem e subalternizam, isso não é interessante, isso não é ganho simbólico. Mas eu acho que esses movimentos de periferia que acontecem na Cidade Tiradentes e em outras tantas periferias, eles vêm justamente recolocar a questão, dizendo que ser negro e ser periférico pode ser ganho simbólico sim, a periferia tem produção positiva, a periferia produz os seus discursos, a periferia produz conhecimento, então isso pode ser um ganho simbólico. Por mais que eu pense nessas críticas pós-modernas que dizem que não existem mais esses conflitos eu não consigo perceber que existe um livre trânsito pra negros e negras. Porque se a gente pensa, por exemplo, na ascensão do negro na sociedade brasileira, a gente pode se apropriar de uma lei da física, se a gente executa uma força, esse movimento recebe uma força contrária de igual intensidade. Eu acho que quando o negro tenta ascender, o movimento que ele faz pra ascensão recebe uma força contrária de igual intensidade, dizendo pra ele: “O seu lugar social não é esse”. Isso acontece para todo e qualquer deslocamento que ele tente fazer buscando escapar desse lugar social que foi historicamente construído para ele.

Então eu acho que existem sim determinações, tanto pra identidade de brancos como de negros. Brancos são sujeitos de privilégios, negros são sujeitos de desvantagem e o branco tem livre acesso, livre trânsito pra alguns marcos identitários e o negro não tem esse deslocamento, não tem esse trânsito.

Não sei se entendi bem a pergunta sobre a resignificação dos espaços, da ressignificação da roda. Eu entendo que a ressignificação existe pros dois lados. Se a gente pensar na roda, ela é uma manifestação que está presente em várias manifestações de cultura, de matriz cultural africana e para esses povos de matriz cultural africana, ela tem um sentido, tem um valor, tem um afetividade que é investida em estar em roda, em estar em coletividade. A cultura europeia se apropria desses espaços e esvazia o sentido, Não se pode dizer que é exatamente uma ressignificação, acho que é uma apropriação. A Veridiana falou de vários elementos da linguagem que têm origem africana e que a gente não sabe que têm origem africana porque se apropria e esvazia o sentido. Isso aconteceu com vários elementos da nossa cultura e é mais uma estratégia que os grupos dominantes têm pra não nos dar, não nos permitir ter contato com esse sentido de existência e de afirmação. Então eu acho que existe sim um processo de ressignificação, mas que é extremamente perverso e está mais no bojo de uma apropriação, do que da construção de novos sentidos e novos significados. Mas existe também um movimento de resgate, porque existem os movimentos de fortalecimento que estão buscando novamente colocar esses elementos. A roda, o jongo, a congada, enfim, várias manifestações, elas se valem da roda pra dizer: “Olha, a gente tá fazendo em roda e não é à toa, é porque isso é uma manifestação cultural nossa”. A gente tá tentando produzir uma manifestação que construa um sentido de continuidade e de identificação para aqueles que estão na roda.

Veridiana

Eu já estive em muitas situações de ter amigos brancos, em Salvador, e quando se fala da religiosidade, a gente sabe que a religião é um espaço que permite esse convívio. Eu frequento mais o candomblé, então eu posso falar mais desse ponto de vista do que da umbanda, e a gente convive no candomblé com brancos. No passado teve uma resistência muito grande das pessoas de candomblé de acreditar se aquela pessoa branca estava dando o santo ou não. Aquilo foi tão negado no passado que quando o branco manifesta a entidade, o ori-

xá, não se acredita. E hoje alguns amigos, algumas pessoas próximas questionam muito, porque ainda existe um certo limite que é muito claro ainda em algumas situações. Do ponto de vista religioso, também não se pode não abraçar as pessoas, porque o candomblé, ele deixa de ser uma religião étnica e passa a ser uma religião universal, aqui no Brasil, justamente por esse trânsito. Então antes, quando o candomblé, que não tinha esse nome na África, vem pro Brasil, eram “religiosidades diferentes e étnicas, tinham diversas comunidades, diversos povos e aqui essas religiosidades se encontram. O primeiro sincretismo aconteceu entre as próprias religiosidades afros, depois com as religiosidades ou a expressão de algum contato com o sagrado dos indígenas e com a imposição do catolicismo. E aí esse elemento branco entra e dá toda essa ideia de uma democracia, que de fato não existe, porque quando se sai dali, se eu sou branca, eu vou pro meu lugar, se eu sou preta, eu vou pro meu lugar. Agora já que esse espaço existe ali e já que essa democracia não existe, ali pode sim ser o espaço de você politizar esse branco para que ele compreenda muito bem qual o espaço dele, qual é o pertencimento dele, o limite de pertencimento dele, e que ele tenha consciência daquela história e do porquê que ele está ali, quem é ele ali. De fato a religião, enquanto profissão de fé, não expulsa ninguém, apesar do catolicismo expulsar a gente e criar as irmandades negras. Mas o candomblé não pode expulsar ninguém, ele abraça, mas eu acho que o espaço do terreiro é um espaço democrático, sempre foi um espaço de pensamento, de políticos, de pensar políticas, de pensar enfrentamentos e esse enfrentamento pode ser feito ali. Tenho alguns amigos que dizem: “Como pode, não me deixaram entrar em tal lugar, não me deixaram isso, porque existe gueto”, eu digo: “E o seu gueto, né, que sempre foi maior que o nosso? Quem criou os guetos foram vocês, não fomos nós, os nossos surgiram por conta dos seus guetos, ”. O Ilê Aiyê surge porque tinha um gueto muito maior que não permitia esse diálogo, então formamos os nossos guetos e agora que estamos bem estruturados e agora que cantamos bonito, dançamos bonitos, aí todo mundo quer ser negão

Uma vez um professor de filosofia, um nigeriano, foi dar um curso lá no Centro de Estudos Afro-orientais, no CEAO, em Salvador, bem no momento em que o Gilberto Gil se tornou ministro e estava todo mundo naquela euforia, todo mundo só falava nisso. E ele já no começo do curso, para problematizar a questão de porquê que o africano não produz uma filosofia, falou: “Eu acho tão in-

teressante, vocês têm um avanço no diálogo e a Bahia é uma referência nisso, mas vocês estão tão felizes porque Gilberto Gil se tornou o Ministro da Cultura?”, Aí todo mundo: “Como assim? Claro”, ele: “Não, porque eu entendo, que pro negro também só sobre esse tipo de cargo, né, tem que ser o da cultura, tem que ser o que dança, o que balança, tem que ser o do esporte. Por que que não pode ser da economia? Por que que não pode ser de uma outra área? Por quê? Por que a gente não consegue pensar essas outras áreas, a gente só consegue pensar pelo lado da cultura, a gente só sabe dançar, chacoalhar, jogar capoeira?”. Às vezes a gente também compra e assume esses estereótipos. O que mais me preocupa nisso tudo é o negro em ascensão. Exemplo é aquela pergunta que fizeram a Pelé, o que que ele acha sobre a questão do preconceito, ele disse: “Ah, eu não preciso pensar sobre isso, eu sou Pelé”. Eu acho que isso é gravíssimo. A gente sabe que esse negro que está na Vila Madalena não quer pensar sobre isso, porque pensar sobre isso é negar ir para a Vila Madalena e ir para Tiradentes. Uma pessoa muito próxima a mim me disse que estava frequentando a umbanda em Salvador, no Rio Vermelho que é a Vila Madalena de São Paulo, um bairro na orla, todo bonitinho. Eu disse: “Menino, você mora no Engenho Velho de Brotas, que é um bairro antigo, onde tem diversos candomblés, candomblés famosos, umbandas famosas”, “Ah, mas eu frequento uma umbanda lá no Rio Vermelho, a umbanda é toda branquinha, a toalha é branca e a entidade lá é diferente, é mais calmo, não tem tambor, não tem nada, ”. Então ele quer até ser, mas ele quer ser de um modo que não é tão negro assim, quer ser de uma outra forma.

Sobre como a religião ajuda no não-sofrimento psíquico, acho que qualquer religião pode ajudar nisso. A religião não é uma terapia, não é uma técnica terapêutica, mas ela pode ser terapêutica, como qualquer outra atividade que traga bem-estar para o sujeito. Quando falo da religiosidade afro-brasileira, não trato só da questão enquanto religião, enquanto uma profissão de fé, porque a religiosidade afro-brasileira traz outros elementos que pertencem à cultura brasileira e que até já se desligaram da religiosidade. Quando eu falo da negação dessa religiosidade, não é nem como profissão de fé, mas quando você nega isso, você nega elementos da sua própria cultura, você nega a si próprio, porque você faz parte dessa cultura enquanto negro. Eu tenho um exemplo pessoal, um sobrinho de quatro anos que é filho de japonês, ele saiu negro, o olho puxado, todo mestiço. Eu dizia pra minha irmã: “Olha, cuidado, você

tem que dizer pra esse menino que esse menino é negro, porque japonês ele não vai ser nunca”. Aí o moleque fez três anos, foi pra escola, a primeira coisa que ele ouviu de um outro colega com três anos: “Ih, você é japonês preto”, o menino já chegou em casa chorando. Eu falei pro pai dele: “O seu filho não vai ser japonês nunca, porque, se ele for pro Japão, ele não é japonês, a única coisa que ele pode ser na vida dele é negro, porque, se ele falar que é negro, ele vai ser aceito, porque ele é negro, mas japonês nunca”.

Sobre o caso apresentado de uma menina que foi identificada como tendo uma relação com a religiosidade afro e que parece que não sabiam como lidar com isso, não tinha mais uma família pra dar um suporte e o que é que se pode fazer nessa situação, eu enxergo dois limites. Tem os limites da instituição, se a instituição por lei permite que essa pessoa tenha uma relação com a sua profissão de fé, com a sua religiosidade. Embora, quando se trata de religiosidade de matriz africana, isso nunca é permitido, nunca vi nenhum caso até hoje de que tenha sido de fato permitido uma pessoa fazer um tipo de reza ou um banho de folha ou qualquer outra coisa.. Então eu vejo esse limite institucional e eu acho que tem um limite ainda do sujeito quando se trata disso, do susto. Quem trabalha com população negra, quem trabalha com essas pessoas tem que conhecer esse contexto, tem que conhecer o contexto das igrejas evangélicas sim, pra entender qual é a concepção dele, tem que conhecer se ele é católico, tem que saber sim como é que aquilo funciona. Eu não conheço realmente a história da pastoral, mas se eu trabalhasse com você, eu ia

querer saber, ia numa missa, eu ia querer saber como é que você se comporta, como é que esse grupo se comporta, não é? Então se você está trabalhando com população negra e você sabe que parte dessa população dialoga com essa simbologia, você tem que conhecer, senão você se assusta. Eu estagiei e trabalhei um tempo no Sanatório São Paulo, e eu não sei porque eu não ia de contas, eu era bem jovem ainda e até na minha relação com o candomblé. Algumas usuárias lá do serviço, pegavam em mim e diziam assim: “Eu to aqui porque foi ebô, porque foi macumba”. Eu não sabia nem o que responder. Por que ela vinha para mim? Não sei, talvez as outras eram brancas de mais, talvez em mim ela estava vendo alguma coisa. Enfim, mas isso me dava um susto muito grande, porque de fato eu não tinha um contato ainda com a religião, eu nunca tinha ido a uma festa, eu nunca tinha visto uma pessoa manifestar na minha frente, nunca tinha dialogado com a entidade, nunca tinha conversado com caboclo. Eu acho que tem um limite que é do sujeito. Apesar de nós termos um discurso bonito de respeito e tudo, e eu sempre dizia no GT de Salvador: “Nossa, que bonito, mas você já foi num candomblé? Vai lá ver como é, ver se vocês vão dar o santo, ver se vocês vão se assustar, ver se vai sair correndo, ver se vai bater palma, vai interagir com uma cultura que você tá dizendo que é sua, não é? Você não tá achando bonito, não acha interessante o sujeito no seu contexto como um todo?”. Enfim, eu acho que tem um limite da instituição, que ainda é fruto do preconceito, do racismo, da intolerância e tem o limite que é nosso mesmo, da gente ultrapassar nossas próprias fronteiras.